

UFRRJ

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**(Re) Existências Negras, Femininas e Quilombolas: Três Mulheres em Luta
por Reconhecimento e Direitos**

Priscila Márcia Chrispim Bahia do Nascimento

2022



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**(RE) EXISTÊNCIAS NEGRAS, FEMININAS E QUILOMBOLAS: TRÊS
MULHERES EM LUTA POR RECONHECIMENTO E DIREITOS**

PRISCILA MÁRCIA CHRISPIM BAHIA DO NASCIMENTO

Sob a Orientação da Professora
Joselina da Silva

e Coorientação do Professor
Luiz Fernandes de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Novembro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244 (Nascimento, Priscila Márcia Chrispim Bahia do , 1984-
(Re) Existências negras, femininas e quilombolas:
três mulheres em luta por reconhecimento e direitos /
Priscila Márcia Chrispim Bahia do Nascimento. -
Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
91 f.: il.

Orientadora: Joselina da Silva.
Coorientador: Luiz Fernandes de Oliveira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
, 2022.

1. Mulheres Negras. 2. Mulheres Quilombolas. 3.
Quilombo de Marambaia. 4. Quilombo de Bracuí. 5.
Quilombo de Paraty. I. Silva, Joselina da, 1955-,
orient. II. Oliveira, Luiz Fernandes de, 1968-,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares . IV.
Titulo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 98 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.005820/2023-15

Seropédica-RJ, 03 de fevereiro de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES**

PRISCILA MÁRCIA CHRISPIM BAHIA DO NASCIMENTO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/11/2022

Membros da banca:

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA. Dr. UFRRJ (Coorientador/Presidente da Banca).

CRISTIANE SOUSA DA SILVA. Dra. IFCE. (Examinadora Externa à Instituição).

MARIA SIMONE EUCLIDES. Dra. UFV (Examinadora Externa à Instituição).

MARILÉA DE ALMEIDA. Dra. UnB. (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 03/02/2023 18:10)

LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptECMSD (12.28.01.00.00.00.22)
Matrícula: 1450821

(Assinado digitalmente em 03/02/2023 18:59)

CRISTIANE SOUSA DA SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 915.209.753-68

(Assinado digitalmente em 23/02/2023 15:29)

MARIA SIMONE EUCLIDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 016.964.136-80

(Assinado digitalmente em 06/02/2023 12:14)

MARILÉA ALMEIDA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 032.926.867-84

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **98**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/02/2023** e o código de verificação: **700d631773**

Dedico a Vânia Guerra, Marilda Francisco e Laura Maria pelo exemplo de resistência, força, coragem e que ao longo de suas trajetórias contribuíram na construção da minha identidade enquanto mulher negra.

A todas as mulheres quilombolas que em suas diferentes histórias de vida resistem e reexistem.

Ao Demetrius, companheiro de vida, sonhos e amor!

Ao meu filho, Daniel, com votos de que no futuro compreenda, apoie, defenda e respeite a luta das mulheres negras e quilombolas.

Aos meus pais, pelo estímulo e pelo amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao Eterno por conduzir meus passos, me sustentando nos dias maus, me fazendo caminhar por lugares altos e permitindo a realização deste sonho.

Agradeço ao meu esposo, Demetrius Gregório, companheiro de sonhos, quem me potencializa e me incentiva em todos os momentos! Te Amo!!!

Ao meu pequeno, Daniel Gregório, que mesmo ainda em meu ventre já se faz presente em nossas vidas e se tornou a minha maior fonte de inspiração.

Aos meus amados pais, Alcir Bahia e Geísa Bahia, pelo amor incondicional, por compreenderem a minha ausência em determinados momentos, mas por acima de tudo me incentivarem em toda a minha jornada acadêmica.

A Joselina da Silva, minha orientadora que sempre acreditou em mim, guiando meus passos, me incentivando a sonhar, estando presente em todos os momentos dessa escrita, tornando-se minha inspiração, amiga e exemplo de vida.

Aos meus irmãos, Thalita Bahia, Helder Bahia e Rachel Bahia pelo apoio e incentivo em todos os momentos.

A Dulce Helena da Silva Rocha, amiga e colaboradora na minha jornada profissional e acadêmica, que com seu incentivo me fez olhar e ampliar novos horizontes.

As mulheres que fizeram parte desta pesquisa, disponibilizando tempo, atenção e carinho ao relatar suas trajetórias dando voz a esta pesquisa.

As amigas, Juliana Avelino e Gabriela Venâncio, pelas trocas, contribuições e apoio durante todo o período de realização do mestrado.

Agradeço aos amigos Carla Cardoso, Danielle Tudes, Délcio Bernardo, Franciane Torres, Giselle Maria, Maurício Adelino, Ronaldo Santos e Wellen Bering pelo incentivo e apoio nos diferentes processos de produção da escrita.

A Escola Quilombola Áurea Pires da Gama, alunos e profissionais que durante todo o período em que trabalhei contribuíram na minha construção enquanto gestora e mulher negra.

A Equipe da Unidade de Trabalho Diferenciado (UTD-TEA), que nos últimos três anos tem sido meus parceiros de trabalho e que sempre compreensivos entenderam a minha ausência em momentos importantes da unidade.

A Juliete Vidal, que me acompanhou durante todo o processo de escrita, revisando e contribuindo de forma primordial no processo de construção da escrita.

Aos professores do PPGEDUC: Amauri Mendes, Jonas Alves e Luiz Fernandes de

Oliveira, pelo comprometimento no processo de formação de pesquisadores da UFRRJ.

Agradeço imensamente às professoras que fizeram parte da banca: Cristiane Sousa da Silva (UFCE), Maria Simone Euclides (UFV) e Mariléa de Almeida (UGB/FERP), mulheres que me inspiram e foram fundamentais com suas críticas, elogios e orientação para o enriquecimento deste trabalho.

E, finalmente agradeço a todos que estão comigo na trincheira da vida.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

BIOGRAFIA

Mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.

Pós-Graduada em Musicoterapia pelo CBM/UNICBE.

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.

Possui especialização em Psicopedagogia com ênfase em Educação Especial.

Professora Docente I na Prefeitura Municipal de Angra dos Reis onde exerceu diversas funções.

Professora de Música do 1º Pólo Musical Yumi Imanishi Faraci, Diretora Geral da Escola Municipal Áurea Pires da Gama, situada no Quilombo Santa Rita do Bracuí, no mesmo Município.

Atualmente é Coordenadora Geral da Unidade de Trabalho Diferenciado / Transtorno do Espectro Autista - UTD/TEA.

Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Quilombola, Educação Especial e Música.

RESUMO

NASCIMENTO, Priscila Márcia Chrispim Bahia do. **(Re) Existências Negras, Femininas e Quilombolas: Três Mulheres em Luta por Reconhecimento e Direitos.** 2022. 91fl. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ, 2022.

Falar de mulheres quilombolas é romper com essa estrutura e trazer à tona histórias estatisticamente silenciadas, mas extremamente fundamentais na organização social, produtiva, nas estratégias de resistência e na manutenção dos saberes tradicionais de suas comunidades. Diante do exposto, a presente pesquisa tem como principal objetivo analisar o protagonismo de mulheres negras quilombolas de três quilombos do estado do Rio de Janeiro, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades. Os objetivos específicos que conduziram esse estudo foram: 1 - Analisar os variados construtos culturais e sociais que moldam o ser e fazer de mulheres negras quilombolas; 2 - Buscar compreender as imbricações de gênero e raça; 3 - Descrever suas trajetórias e organização na construção e emancipação nos respectivos quilombos. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, a partir de um estudo de caso, realizado em quilombos do Rio de Janeiro, sendo eles: Quilombo da Ilha da Marambaia em Mangaratiba, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis e Quilombo Campinho da Independência, em Paraty. As etapas da pesquisa foram compostas por revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, tendo como lócus da pesquisa 3 quilombos do estado do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com três mulheres quilombolas do Rio de Janeiro Vânia Guerra, do Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba-RJ; Marilda Francisco, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis-RJ e; Laura Maria, Quilombo Campinho da Independência, em Paraty-RJ. Os resultados da pesquisa apontam que as participantes da pesquisa têm atuado como poetisas, griots, artistas, líderes, mães e mulheres das comunidades quilombolas, protagonistas em suas narrativas e comunidades, e, através do contato com elas, buscamos cortejar suas experiências e representações no contexto dos estudos sobre gênero, raça e quilombos. As suas trajetórias estão carregadas de saberes, que intercalados com lutas, ações, propiciam para o povo quilombola as conquistas apresentadas como a titulação das terras e o desenvolvimento da educação quilombola nas comunidades. Essas mulheres buscam a construção de uma realidade diferente para os seus e expõem seus esforços, buscam formas de sempre conciliarem seus diferentes papéis exercidos, com o trabalho, a educação, as demandas das comunidades, restando claro que se depender dessas mulheres, a nova geração terá acesso aos melhores frutos de suas conquistas.

Palavras-Chave: Mulheres Negras; Mulheres Quilombolas; Quilombo de Marambaia; Quilombo de Bracuí; Quilombo de Paraty.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Priscila Márcia Chrispim Bahia do. **Black, Feminine and Quilombola (Re)Existences: Three Women in Struggle for Recognition and Rights.** 2022. 91 page. Dissertation (master's in education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/ Nova Iguaçu, RJ, 2022

The historical construction of Brazil was marked by the struggles and resistance of indigenous and African peoples, and talking about quilombos is intrinsically linked to the very construction of our history. We cannot dissociate it. However, it is necessary to understand the processes by which quilombola men and women fight and also for the guarantee of their own existence. The silencing of the stories of black women throughout the formation of the Brazilian people is undeniable, marked by a whole racist and sexist structure. To talk about quilombola women is to break with this structure and bring to light stories that are statistically silenced, but extremely fundamental in the social and productive organization, in the resistance strategies and in the maintenance of the traditional knowledge of their communities. The present research has as main objective the protagonism of black quilombola women. The specific objectives that led to this study were: 1 - To analyze the various cultural and social constructs that shape the being and doing of black quilombola women; 2 - Seek to understand the imbrications of gender and race; 3 - Describe their trajectories and organization in the construction and emancipation in the respective quilombos. The research uses a qualitative approach, based on a case study, carried out in quilombos in Rio de Janeiro, namely: Quilombo da Ilha da Marambaia in Mangaratiba, Quilombo Santa Rita do Bracuí in Angra dos Reis and Quilombo Campinho da Independência, in Paraty. The research stages were composed of a bibliographic review, document analysis and field research, having as locus of research 3 quilombos in the state of Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis and Paraty. Data were collected through semi-structured interviews with three quilombola women from Rio de Janeiro Vânia Guerra, from Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba-RJ; Marilda Francisco, Quilombo Santa Rita do Bracuí in Angra dos Reis-RJ and; Laura Maria, Quilombo Campinho da Independência, in Paraty-RJ. The research results indicate that the research participants have acted as poets, griots, artists, leaders, mothers and women of quilombola communities, protagonists in their narratives and communities, and, through contact with them, we seek to compare their experiences and representations in the context of studies on gender, race and quilombos. Their trajectories are loaded with knowledge, which, interspersed with struggles, actions, provide the quilombola people with the achievements presented as the titling of land and the development of quilombola education in the communities. These women seek to build a different reality for their own and expose their efforts, they always seek to reconcile their different roles, with work, education, the demands of the communities, leaving it clear that if it depends on these women, the new generation will have access to the best fruits of their conquests.

Keywords: Black Women; Quilombola women; Quilombo de Marambaia; Quilombo de Bracuí; Quilombo of Paraty.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACQUILERJ	Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
ARQIMAR	Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia
ARQUISABRA	Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí
AMOQC	Associação de Moradores do Quilombo Campinho da Independência
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
CEB	Câmara de Educação Básica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CONAQ	Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
EAD	Educação à Distância
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEUC	Fundação Educacional Unificada Campograndense
IBGE	Instituto Brasileira de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IN	Instrução Normativa
IRIB	Instituto de Registro Imobiliário do Brasil
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
PEC	Proposta de Emenda Constitucional

PEPIR	Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial
PMAR	Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNSIPN	Política Nacional de Saúde Integral da População Negra
PPP	Projeto Político Pedagógico
RJ	Rio de Janeiro
SEAPPA	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SISANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Legislação quilombola do Estado do Rio de Janeiro	46
Quadro 02: Caracterização e perfil das participantes da pesquisa	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Vânia Guerra, do Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba-RJ.....	32
Figura 02: Marilda Francisco, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis-RJ	33
Figura 03: Laura Maria, Quilombo Campinho da Independência, em Paraty-RJ.....	34
Figura 04: Mapa do Município de Mangaratiba	49
Figura 05: Mapa do Município de Angra dos Reis	51
Figura 06: Mapa do Município de Paraty.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	25
1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS	25
1.1 Percursos da investigação	25
1.2 Caracterização da pesquisa	26
1.3 O campo da pesquisa	28
1.4 Sujeitos da pesquisa: quem são essas mulheres?	31
1.5 Procedimentos de pesquisa	34
1.6 Análise dos dados	35
CAPÍTULO II	37
2 NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE	37
2.1 Breve histórico dos quilombos	37
2.2 Resignificação e processo de titulação: reconhecimento e legislação	43
2.3 Legislação quilombola do Estado do Rio de Janeiro	45
2.3 Quilombos da Costa Verde: olhares sobre Marambaia, Bracuí e Paraty	48
2.3.1 Quilombo de Marambaia	48
2.3.2 Quilombo de Bracuí	50
2.3.3 Quilombo de Paraty	53
CAPÍTULO III	57
3 MULHERES: VOZES DA (RE) EXISTÊNCIA	57
3.1 Raça, racismo e gênero: abordagens interseccionais	57
3.2 Mulheres quilombolas: vozes do seu tempo	59
3.2.1 Dandara dos Palmares	60
3.2.2 Tereza de Benguela	61

3.2.3 Zacimba Gaba	62
3.2.4 Mariana Crioula	63
CAPÍTULO IV	67
4 VÂNIA GUERRA, MARILDA FRANCISCO E LAURA MARIA: VOZES QUE ECOAM EXISTÊNCIAS	67
4.1 As comunidades quilombolas pelas vozes da (re) existência	70
4.1.1 Saúde e transporte	72
4.1.2 Título de terra	75
4.1.3 Educação escolar quilombola	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	89
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	90

INTRODUÇÃO

Vozes-Mulheres¹

*A voz de minha bisavó
ecoou crianças porões do navio.ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avóecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxasroupagens sujas dos brancospelo caminho empoeirado
rumo à favela.*

*A minha voz ainda ecoa versos perplexoscom rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filharecolhe todas as nossas vozes
recolhe em suas vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em sua fala e o ato.*

*O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filhase fará ouvir a ressonância eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo. Poemas de recordação e outros movimentos, p. 10-11)¹



2

¹ Conceição Evaristo. Poemas de recordação e outros movimentos.

² Imagens das líderes quilombolas, participantes da pesquisa: Vânia Guerra, Laura Maria e Marilda Francisco.

No Brasil, através do tráfico negreiro, desembarcaram forçadamente negros africanos oriundos de diversas regiões da África, da região ocupada atualmente por Angola, de onde vieram a maioria dos escravizados da época, seguido por Moçambique e do Golfo do Benin sudoeste da Nigéria³. Vidas de homens e mulheres, rainhas, reis, chefes e trabalhadores que foram tirados à força de seu próprio país.

A construção histórica do Brasil foi marcada por lutas e resistência dos povos indígenas e africanos e, falar de quilombos está intrinsecamente ligado à própria construção da nossa história. Não podemos dissociá-lo. No entanto, é necessário compreender os processos pelos quais homens e mulheres quilombolas lutaram e ainda lutam pela garantia da própria existência.

Com o principal objetivo de expansão comercial e à custa da escravização criminosa inicialmente dos povos originários, Portugal se beneficiou da exploração e da mão de obra escrava para seu avanço econômico, o tráfico negreiro se transformou em um empreendimento de grande porte para o crescimento da Coroa Portuguesa.

É inegável o silenciamento das histórias de mulheres negras ao longo da formação do povo brasileiro, marcado por toda uma estrutura racista e sexista. Falar de mulheres quilombolas é romper com essa estrutura e trazer à tona histórias estatisticamente silenciadas, mas extremamente fundamentais na organização social, produtiva, nas estratégias de resistência e na manutenção dos saberes tradicionais de suas comunidades.

Em primeiro lugar, considero importante falar que o processo de construção da minha identidade como mulher negra se deu através da minha trajetória enquanto gestora na Escola Municipal Áurea Pires da Gama, localizada no Quilombo Santa Rita do Bracuí, bairro situado no Município de Angra dos Reis, na cidade do Rio de Janeiro. No chão da escola, e através das vivências experimentadas e compartilhadas ao longo de todo o período dentro da escola e da comunidade me reconheci enquanto mulher negra aos 28 anos de idade.

Atuo como Docente I no Município de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, desde 2007 e em meados de 2010 fui convidada a assumir como diretora adjunta da Escola Municipal Áurea Pires da Gama. Até então havia um total desconhecimento da minha parte acerca da existência de um quilombo em Angra dos Reis. De fato, me chamou muita atenção e considero como o maior motivo para optar por trabalhar na escola.

Estranhamente, ao conhecer a Áurea Pires e todas as questões que faziam parte dela e

³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.

da comunidade quilombola de Santa Rita do Bracuí, percebi que pela primeira vez estava me sentindo parte, me sentindo dentro e que de alguma forma aquele ambiente mudaria a minha vida e a minha história enquanto mulher negra e educadora.

Ao chegar lá, até então como diretora adjunta, fui em busca de conhecer a escola e a comunidade em que ela estava inserida. Meu primeiro contato foi com a Dona Marilda Francisco, griô, líder da comunidade quilombola e zeladora da escola. Marilda de Souza Francisco me acolheu com muito carinho e logo começou a me contar as histórias, os causos e contos sempre repletos de sabedoria e ensinamento, suas falas sempre carregadas do enorme desejo de que a escola se tornasse de fato um espaço de resistência, de construção de redes e saberes, uma escola quilombola com todos os direitos e possibilidades dadas a ela.

O amor e a força existente em Marilda Francisco geraram em mim uma admiração instantânea e devo a ela grande parte da construção da minha identidade enquanto mulher negra. Considero esse momento importantíssimo, pois ao mesmo tempo em que estava adquirindo experiência profissional, começava ali a travar uma luta pessoal para dar sentido e voz a tudo que sempre foi silenciado dentro de mim.

Durante dois anos atuei como diretora adjunta mediando tensões existentes entre a equipe diretiva, professores e comunidade. Em 2013, com a saída da diretora geral fui convidada pela Secretaria de Educação, a pedido dos professores e da comunidade, a assumir a direção geral da escola. Convite aceito, responsabilidade maior e muitos desafios. O primeiro deles era sem dúvida retomar o diálogo com o quilombo que se enfraqueceu devido às tensões ditas anteriormente.

Lembro-me que Marilda Francisco foi a primeira pessoa que conversei logo após assumir a direção geral e minha pergunta foi: O que você espera da nossa escola? Ela muito sábia respondeu: que os estudantes da Áurea Pires pudessem compreender e valorizar a cultura quilombola e que pudessem reconstruir a identidade do Bracuí.

Isso só seria possível fortalecendo a luta e o trabalho dentro da escola através do diálogo entre professores, pais, comunidade e alunos. A partir dessa conversa passei a traçar junto com a minha equipe o nosso papel na gestão de uma escola quilombola. Diálogos entre a escola e comunidade se tornaram constantes e de grande relevância para o projeto que tínhamos em mente.

Destaco a contribuição dos jovens quilombolas Angélica de Souza (*In Memoriam*), Luciana Adriano, Fabiana Ramos e Marcos Vinícius, na época recém-formados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e que tornaram-se presentes na escola, realizando oficinas e atividades (Jongo, Horta,

Contação de Histórias, Capoeira), contribuindo assim não só para o currículo da escola, mas também para a formação de conceitos e valores baseados nos saberes tradicionais.

A presença deles na escola me fortalecia e me fazia aprender e compreender o meu papel. Em 2014 criamos o Fórum Redescobrimo o Bracuí e foi um marco importante para a comunidade escolar e para a minha formação, pois contou com a presença de diferentes educadores, dentre os quais pesquisadores das Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Após o fórum, iniciamos o Curso de Atualização “Redescobrimo o Bracuí” em parceria com a UFRRJ e com o apoio fundamental da Professora Marília Campos e Rosilda Benachio e de outros professores que passaram pela escola durante os quase dois anos de curso.

Esse curso foi o meu primeiro contato com materiais específicos sobre as questões raciais. Os diferentes olhares apresentados e as discussões que aconteciam me impulsionaram na busca da minha identidade e então no final de 2014 iniciei o doloroso processo de transição capilar. Enquanto aconteciam as mudanças internas, a escola ganhava força e uma nova cara, nesse período a escola contava com cerca de 980 (novecentos e oitenta) alunos divididos em três turnos de escolaridade.

Projetos culturais foram desenvolvidos em todos os segmentos e turnos. Aulas de Jongo, Capoeira, Maculelê, Samba de Roda, Música, Artes Visuais e Fotografia com oficinairos da própria comunidade, além do trabalho pedagógico desenvolvido por diversos professores em sala de aula e financiados por Programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, dentre os quais destaco: Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Mais Educação, Mais Cultura e Atleta na Escola.

A EJA contava com a participação de 150 alunos que tinham aulas semanais de Capoeira e Música e eram distribuídas dentro do currículo escolar. Sempre fiz questão de acompanhar e de participar de todos os projetos e mesmo muitas vezes desempenhando o papel de gestora e me via como aluna, aprendendo e traçando minha identidade.

No ano de 2015, após ganhar na consulta pública para eleição democrática como gestora escolar, as dificuldades de diálogo com a Secretaria de Educação e governo municipal iniciaram, eles não apoiaram a proposta da escola quilombola. Diante dessa situação, em um processo de tensões e disputas - comuns em toda ação que permite avanços no combate ao racismo - convoquei uma reunião geral com todos os professores, comunidade e ARQUISABRA (Associação de Remanescentes do Quilombo Santa Rita do Bracuí) e apresentei a proposta da autodeclaração no Censo como Escola Quilombola, tendo em vista que a mesma está situada em território quilombola e tem afiançado a sua construção nas Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, criadas em 20 de novembro de 2012, através da Resolução nº 8 do Conselho Nacional de Educação que neste ano completa uma década. O parágrafo primeiro das DCN EEQ (2012), garante a oferta dessa modalidade de ensino.

[...]

IV - deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas (Artigo 1º, IV das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola).

Dessa forma, é importante ressaltar que a Educação Quilombola iniciou através da Constituição de 1988, no artigo 68 das disposições transitórias que dá o direito às terras para o remanescentes de quilombos, logo a garantia de educação estruturada nesses territórios, fortalecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional mais conhecida como LDB 9.349/96, que preconiza e garante a construção de Diretrizes para a implementação da Educação Escolar Quilombola em âmbito nacional, a saber “68 - ADCT - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Retomando ao trabalho realizado enquanto gestora, e entendendo a importância da Educação Escolar Quilombola, com o apoio de grande parte da comunidade escolar a Áurea Pires se autodeclarou como escola quilombola, no entanto aguarda até hoje o reconhecimento oficial por parte do poder público municipal. Logo após a autodeclaração a escola passou a sofrer atos de vandalismo, racismo e furtos, situações que infelizmente tem se tornado constante em nosso município tornando o bairro e a escola cada vez mais estigmatizados dentro da própria cidade e muitas vezes no interior da própria escola por alguns alunos.

Nesse processo de luta e resistência fui me reconstruindo e ressignificando minha vida e as questões que sempre me atravessaram. Sempre vivi a escola intensamente, tudo que fazia era pensando nos alunos e na comunidade e me sentia fortalecida junto deles. Com o grande apoio da Professora de Ciências Dulce Helena da Silva Rocha iniciamos um coral com os alunos, com um repertório que incluía músicas do cancioneiro popular.

O nome do Coral “Carolina Maria de Jesus”, surgiu a partir do Projeto “As Escrivências de Carolina Maria de Jesus”, realizado na escola nesse mesmo ano, além de

sambas, as músicas autorais de Carolina Maria de Jesus faziam parte do repertório do coral. Para a realização do projeto e conhecer mais a vida de Carolina Maria, li os livros “Quarto de Despejo”, “Diário de Bitita”, “Cinderela Negra” e “Carolina Maria de Jesus: Uma Escritora Improvável”.

Esses livros me trouxeram um novo olhar e além do coral iniciamos o projeto Belocrespo com as alunas da escola. O foco do projeto era a valorização da beleza negra e do cabelo crespo, tendo em vista que eu passava por um processo de transição e era perceptível as mudanças e o fortalecimento da minha consciência e queria compartilhar com mais pessoas.

No ano de 2017 devido à falta de verba, alguns projetos precisaram parar, como a Capoeira, Samba de Roda, Maculelê, mas segui a frente do Coral Carolina Maria de Jesus e do Projeto Belocrespo e tive o apoio de muitos professores e da comunidade e quanto mais inserida na comunidade e na realidade da escola eu estava, mais eu aprendia e construía minha identidade buscando forças para tocar os projetos e em paralelo passando por uma grande mudança de pensamento.

O primeiro semestre de 2018 foi marcado por tristes acontecimentos. No âmbito profissional, continuamos a cobrança pelo reconhecimento da escola como quilombola pelo poder Público Municipal, que agora já era administrado por um partido de direita. Como resposta e uma medida suave de silenciamento fecharam a EJA alegando a contenção de despesas, não bastasse isso os atos de vandalismo tornaram-se constantes e até houve um sequestro relâmpago de uma professora de Artes na porta da escola. Tudo isso foi me causando um grande desgaste emocional.

Em junho de 2018 começamos o movimento junto a Comissão da Verdade da Escravidão do Quilombo Bracuí buscando o reconhecimento da escola e a Reparação da escravidão do Quilombo Santa Rita do Bracuí e o crime contra a humanidade no navio negreiro Brigue Camargo em 1852 que aconteceria na Câmara Municipal de Angra dos Reis. Fiz um forte movimento de apelo nas redes sociais, com diversos movimentos e universidades e no dia do evento, exatamente em 05/06/2018 a escola amanheceu completamente vandalizada e com ameaças de morte a mim e a alguns colegas atuantes na luta pelo reconhecimento da escola como quilombola.⁴

Diante de toda essa situação, a pedido do Ministério Público tive que me afastar da escola e passei por um processo de depressão e síndrome do pânico muito fortes que me

⁴ Disponível: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/06/10/especulacao-imobiliaria-e-racismo-marcam-ataque-a-escola-quilombola-no-rj>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

afastaram por quase 8 meses do trabalho. Durante esse difícil período de afastamento até do convívio com as pessoas mais próximas, precisei me reencontrar, e durante uma conversa, uma amiga sugeriu que eu escrevesse de forma terapêutica, falando sobre as experiências que foram importantes e relevantes para mim durante a minha gestão e as minhas experiências de vida.

Esse processo de escrita aliada à psicoterapia foi muito importante na melhora do quadro depressivo ao qual me encontrava e, conseqüentemente para o fortalecimento da minha identidade. Ao concluir minha escrita, apresentei a minha amiga e ela sugeriu que eu tentasse uma vaga no mestrado. Dessa forma, comecei a reorganizar o texto e na busca de autores que embasassem o projeto comecei a ler Kabengele Munanga, Sílvia Almeida, Nilda Lino Gomes e durante essas leituras fui identificando como o racismo é estrutural e como ele esteve presente durante toda a minha vida mesmo sem me dar conta. Entender isso foi extremamente necessário para então pautar a minha luta no combate ao racismo que é tão real e presente em nossos dias.

A partir da minha entrada no mestrado em 2020, iniciei junto à orientadora o processo de redefinição e delimitação do tema da pesquisa. Diante das experiências vividas e compartilhadas ao longo do período em que estive à frente da escola Áurea Pires da Gama, percebi o protagonismo de mulheres negras na construção e na perpetuação dos saberes tradicionais da comunidade, em específico da comunidade de Santa Rita do Bracuí onde cresceu a minha admiração e respeito por Marilda de Souza Francisco ou Dona Marilda Francisco e, conseqüentemente o desejo de falar sobre essas experiências.

A escolha inicial por Marilda Francisco se deu pela própria construção da minha história na escola e a importância dela nessa construção, já a escolha de Vânia Guerra e Laura Maria, se deu pensando no recorte geográfico e também pelo papel desempenhado por elas em suas comunidades, entendendo assim que estrategicamente trabalhar em minha dissertação com essas mulheres, traria outros olhares sobre a temática em questão.

Nesse sentido, com um recorte que abarca a Região Costa Verde do Rio de Janeiro, busco através das histórias de vidas de três mulheres quilombolas Marilda de Souza Francisco, Vânia Guerra e Laura Maria compreender os processos que envolvem o protagonismo dessas mulheres em suas comunidades enquanto lideranças femininas negras em seus quilombos que estão compreendidos nos Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, mais conhecida como região Costa Verde no Rio de Janeiro.

Já é sabido que são poucos os espaços de gestão ocupados por mulheres negras no Brasil e isso se dá, claro, devido ao reflexo do racismo estrutural, bem como o institucional que potencializaram os lugares a serem ocupados por essas mulheres, lugares esses que

atenderam a um viés já estigmatizado.

Portanto, ocupar um desses espaços, como mulher negra, é compreender que o processo de luta e re(existência) de nossas ancestrais contribuiu para que a conquista aos poucos aconteça. Contudo, é inegável que esse racismo estrutural e institucional delimita sim espaços e impossibilita a construção da nossa identidade, da identidade da população negra, o que torna o processo ainda mais solitário, resumido a apenas um e assim, identifico que nesses lugares ainda faltam mais iguais.

Diante disso, partindo da afirmação aqui problematizada de que os estudos sobre mulher negra quilombola ainda carecem de maior número e atenção, buscamos então contribuir com estas reflexões. Assim sendo, as questões norteadoras deste estudo são: **Como se dá o protagonismo de mulheres quilombolas na construção de suas comunidades? Qual a influência das relações de gênero e raça nas lutas dessas mulheres?** A partir dessa problemática urgem demais inquietações.

O objetivo geral da dissertação é analisar o protagonismo de mulheres negras quilombolas de 3 quilombos do estado do Rio de Janeiro, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades. E os objetivos específicos se destacam em: 1 - Analisar os variados construtos culturais e sociais que moldam o ser e fazer de mulheres negras quilombolas; 2 - Buscar compreender as imbricações de gênero e raça e; 3 - Descrever suas trajetórias e organização na construção e emancipação nos respectivos quilombos.

Os referenciais teóricos utilizados para falar sobre quilombos são: Beatriz Nascimento (1985), Clóvis Moura (1987), Alex Ratts (2000), José Maurício Arruti (2000), Marilea Almeida (2018), Antônio Bispo dos Santos (2018), entre outros. Ao abordar sobre raça, racismo, gênero, relações raciais e interseccionalidade lanço mão de teóricos como Lélia Gonzalez (1982), Giralda Seyfert (1994), Kabengele Munanga (1996; 2014), Georg Reid Andrews (2007), Nilma Lino Gomes (2008), Petronilha Beatriz G. Silva (2002), Joan Scott (1989), Kimberlé W. Crenshaw (2002) e Carla Akotirene (2019).

A pesquisa é apresentada em quatro capítulos, no primeiro abordo “Os caminhos percorridos”, que apresenta percursos da investigação, tal como a abordagem teórica metodológica utilizada que neste contexto é a abordagem qualitativa e o estudo de caso, apresento o campo da pesquisa e suas características, os sujeitos da pesquisa: quem são essas mulheres? e os procedimentos de pesquisa.

No segundo capítulo que tem por título “Nossos passos vêm de longe” Faço uma breve apresentação sobre o conceito de raça e racismo, logo após apresento de uma forma geral a formação dos quilombos no Brasil, passando por Palmares e seu processo de resistência.

Apresento ainda a ressignificação do termo e as legislações e processos de titulações que envolvem as comunidades quilombolas. Ainda no segundo capítulo, apresento as características gerais dos quilombos do Rio de Janeiro e em específico os quilombos da Costa Verde trazendo olhares sobre o Quilombo da Marambaia, Quilombo de Santa Rita do Bracuí e Quilombo Campinho da Independência em Paraty.

O terceiro capítulo intitulado de “Mulheres: Vozes da (Re) Existência”, faço uma breve apresentação sobre o conceito de raça, racismo e gênero, logo após apresento um breve histórico de algumas mulheres negras quilombolas que marcaram seu tempo como: Dandara dos Palmares, Mariana Crioula, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba, que dentro da literatura tem despertado o meu interesse por pesquisá-las. Ainda neste capítulo apresento Vânia Guerra, Marilda de Souza Francisco e Laura dos Santos como vozes que ecoam existências, tal qual suas histórias de vida, o papel desempenhado por elas em suas comunidades, e diversas questões atravessadas pelo olhar das três entrevistadas.

No quarto e último capítulo, “Vânia Guerra, Marilda Francisco e Laura Maria: vozes que ecoam existências” apresento a síntese dos dados colhidos nas entrevistas, acerca do perfil das participantes, relato as principais demandas das comunidades, as questões relacionadas a saúde, transporte, titulação de terra e apresento, ainda, de forma breve o conceito de Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola, suas diferenças e as contribuições das três mulheres pesquisadas nessa temática, desvelando as confluências de saberes que geram diferentes epistemologias que contribuem na construção de seus quilombos e de suas comunidades e desvelam o protagonismo desempenhado pelas mesmas em seu tempo.

CAPÍTULO I

1 OS CAMINHOS PERCORRIDOS

O presente capítulo apresenta os percursos da investigação, os caminhos percorridos e os procedimentos metodológicos abordados na pesquisa, de forma a fundamentá-los teoricamente. Além disso, apresenta os aspectos da pesquisa no que tange a abordagem teórico metodológica, o campo da pesquisa e suas características, os sujeitos da pesquisa e a análise dos dados/conteúdos obtidos.

Percursos da investigação

É importante compreender que a essência da pesquisa científica não ocorre isoladamente, mas sim na troca, na construção do conhecimento, nas relações existentes, no olhar para o outro, na apresentação das dúvidas, nas hipóteses, nas contradições e nas relações existentes que ao se confrontarem com outros sujeitos, passam a ampliar o pensamento de forma a trazer à tona diversos olhares que enriquecem a pesquisa, como afirma Morin (2009).

É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo *complexus*: o que é tecido junto (MORIN, 2009, p.89).

Para Morin (2009), o “tecido junto” se faz ao entender a pesquisa como um processo contínuo de troca, não cabendo a uma atividade solitária, fragmentada ou até mesmo reducionista, lançando assim um olhar para o outro nas suas mais diversas dimensões entre si e com o mundo. Dessa forma, compreende-se a pesquisa investigativa como um processo contínuo de interação e movimento, que se faz de dentro para fora e envolve diferentes realidades de vida, histórias e contextos carregados de significados.

Dessa forma, se faz necessário compreender a tamanha complexidade que se dá ao se propor realizar uma pesquisa científica no que diz respeito aos aportes teórico-metodológicos utilizados, partindo do pressuposto que possua em sua essência credibilidade, rigor e atenda as demandas pertinentes ao que se entende por pesquisa científica.

Nesse sentido, se faz necessário primeiramente situar o contexto em que a presente pesquisa foi realizada, entendendo que o processo de investigação para a realização da mesma foi atravessado pela situação epidemiológica mundial acarretada pela doença denominada Covid-19,⁵ causada pelo SARS-CoV-2 (novo coronavírus).

No Brasil, em março de 2020, com a iminente chegada do vírus ao País, houve a necessidade do controle de circulação de pessoas nos ambientes, fechamento de estabelecimentos, suspensão das aulas presenciais em todas as redes de ensino no intuito de evitar aglomerações e a disseminação do vírus. Posteriormente, medidas mais incisivas foram adotadas de isolamento social,⁶ como preconiza o plano de contingência da Fundação Oswaldo Cruz⁶ (FIOCRUZ, 2020).

Desse modo, com a chegada do vírus em todo o mundo, se fez necessário repensar os hábitos e atividades vitais, reconduzindo-os para um novo momento. Diante do contexto apresentado, entendendo que ainda somos por ele afetados, foi preciso pensar adequadamente nas estratégias para iniciar a pesquisa.

Dessa forma, a presente pesquisa utilizou a abordagem qualitativa através do estudo de caso para produzir as ferramentas necessárias, lançando mão dos recursos disponíveis e ferramentas acessíveis para dar prosseguimento à pesquisa de forma possível e satisfatória.

Caracterização da pesquisa

Frente ao objetivo geral desta pesquisa “analisar o protagonismo de mulheres negras quilombolas de três quilombos do estado do Rio de Janeiro, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades” optei pela abordagem qualitativa, a partir de estudo de caso por ser o melhor caminho para revelar seus significados, valores, crenças, atitudes, subjetividades, experiências e saberes relevantes para que os objetivos do estudo sejam alcançados, como afirma YIN (1989).

[...] é uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as

⁵ A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o Covid-19, já é uma pandemia. Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Disponível em: <<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

⁶ Versão 1.3 do Plano de contingência da Fiocruz diante da pandemia da doença pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), lançado em 30 de março de 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/coronavirus>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas fontes de evidência (YIN, 1989, p. 23).

Já para Godoy (1995), na abordagem qualitativa os fenômenos podem ser mais bem observados e compreendidos se analisado dentro de um olhar que integre todo o seu contexto, fazendo com que o pesquisador considere todos os dados relevantes e colete dados entendendo sua dinâmica.

Algumas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995, p. 21.)

É importante destacar que a pesquisa qualitativa é frequentemente utilizada nas Ciências Sociais, desta forma, de acordo com Minayo (2004) a pesquisa social é tida como um conjunto de “[...] tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (MINAYO, 2004, p. 47).

A pesquisa qualitativa pode, no percurso da investigação percorrer diferentes caminhos, no entanto, vamos nos ater ao estudo de caso que é um tipo de pesquisa onde a unidade é analisada profundamente, observando-se detalhadamente o ambiente do sujeito ou da situação específica conforme afirma Gil (1991, p.58), “[...] o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]”.

Dessa forma, de acordo com GIL (1991), por ser delimitado e por apresentar certa dificuldade em generalizar os dados obtidos, o estudo de caso dentro da perspectiva desta pesquisa não visou generalizações, compreendendo assim a multiplicidade e diversidade das questões que envolvem às participantes/sujeitos da pesquisa.

Dentre os procedimentos metodológicos foram adotados a análise documental e a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A), nesse tipo de entrevista o modelo é flexível, tendoum roteiro prévio, mas abrindo espaço para que o entrevistado e o entrevistador fora do que fora planejado anteriormente. Ou seja, propicia um diálogo mais natural e dinâmico como afirma Godoy (1995).

No estudo de caso, o pesquisador geralmente utiliza uma variedade de dados

coletados em diferentes momentos, por meio de variadas fontes de informação. Tem como técnicas fundamentais de pesquisa a observação e a entrevista. Produz relatórios que apresentam um estilo mais informal, narrativo, ilustrado com citações, exemplos e descrições fornecidos pelos sujeitos, podendo ainda utilizar fotos, desenhos, colagens ou qualquer outro tipo de material que o auxilie na transmissão do caso (GODOY, 1995, p. 26).

A revisão bibliográfica foi utilizada apenas como fonte indireta de documentação, tendo os autores estudados informações pertinentes que serviram de esteio para compreender, situar e relacionar os aspectos relacionados à pesquisa. Em contrapartida, a documentação direta foi construída tendo como base o estudo de caso, e o procedimento de coleta de dados das participantes tendo como objetivo analisar o protagonismo de três mulheres negras quilombolas, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades.

De acordo com Godoy (1995), o estudo de caso tem se difundido ultimamente entre os pesquisadores que tem por objetivo responder questões atuais que envolvem os fenômenos ocorridos em algum contexto de vida real.

[...] o estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (GODOY, 1995, p. 26).

No que diz respeito à pesquisa, a proposta desenvolvida, é de um estudo de caso realizado em quilombos do Rio de Janeiro, sendo eles: Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis, Quilombo Campinho da Independência, em Paraty.

Esse tipo de investigação busca, conforme Martucci (2001, p. 1) “[...] compreender e retratar a particularidade e a complexidade de um grupo natural ou microcultura, a partir dos significados subjetivos de seus atores, coletados em seu contexto ecológico, por meio de observação participante, entrevistas e narrativas escritas.”

O campo da pesquisa

Antes de apresentar o campo da pesquisa, é de extrema relevância compreender a formação histórica, ainda que de forma breve, dos quilombos localizados no Rio de Janeiro. Durante o Brasil Império (1831), sob forte pressão dos ingleses, proibiu-se o comércio

transatlântico de negros escravizados. Apesar da lei, ainda era forte e intenso o tráfico clandestino, dirigindo-se especialmente para o litoral do Brasil e para as novas áreas cafeeiras que cresciam no Vale do Rio Paraíba do Sul, conforme afirma Pessoa (2013).

No Brasil os desembarques também foram reordenados para fugir da repressão. As praias litorâneas, mais afastadas do controle do Estado, passaram a acoitar os indivíduos traficados. Nelas, novas estruturas foram edificadas para receber os africanos que continuavam chegando em números crescentes na década de 1840 (PESSOA, 2013, p. 4).

Somente em 1850 que o tráfico negreiro foi extinto no Brasil, após a aprovação da Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei Eusébio de Queirós. Apesar da Lei estabelecida, é importante destacar que cerca de um milhão de negros escravizados chegaram ao litoral, especialmente na costa fluminense. Cativos oriundos de diversas áreas da África Central, diferentes povos falantes das línguas banto, desembarcaram de forma clandestina no litoral sul e norte do Estado do Rio de Janeiro.

O cenário atual aponta que apesar de alguns avanços das comunidades remanescentes de quilombos no que diz respeito ao território, ainda há muito a fazer. A falta de dados é uma delas, de acordo com a CONAQ⁷ não há um consenso sobre o número preciso de comunidades quilombolas no Brasil, mas dados oficiais vindos da SEPPIR⁸ e do INCRA⁹ afirmam que atualmente são 2847 comunidades certificadas no Brasil, 1533 com processos abertos tramitando no INCRA e 154 terras tituladas em todo o Brasil.

Santos (2020)¹⁰ afirma que o Estado do Rio de Janeiro possui atualmente 48 comunidades quilombolas e apenas três quilombos (Cabo Frio, Mangaratiba e Paraty), já contam com o título da propriedade, desse modo sem a titulação de terras não há proteção ao patrimônio.

Com os títulos, aquela comunidade tem a garantia de permanência na terra por muito tempo. Os quilombos estão sendo exterminados com o avanço da especulação imobiliária e é fundamental que a regularização aconteça, para que essa cultura não morra (SANTOS, 2020).¹⁰

⁷ CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

⁸ SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

⁹ INCRA - autarquia responsável pelo processo administrativo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos Remanescentes de Comunidades dos Quilombos.

¹⁰ Ronaldo do Santos, Coordenador Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais e Quilombolas, durante audiência pública das comissões de Cultura, Assuntos Municipais e Habitação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio (ALERJ), em 17/02/ 2020. Disponível em: <<https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/al-rj-rio-reconhece-apenas-6-das-suas-comunidades-quilombolas>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Dessa forma, se faz necessário pensar a região Costa Verde do Rio de Janeiro como um importante cenário na formação histórica do Brasil, entendendo como um cenário relevante historicamente, geograficamente e culturalmente, onde se constitui a base das três comunidades quilombolas pesquisadas.

A escolha do campo da pesquisa se deu através de um recorte geográfico, através do estudo de quilombos localizados no Estado do Rio de Janeiro, sendo eles: Quilombo da Ilha da Marambaia em Mangaratiba, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis e Quilombo Campinho da Independência, em Paraty.

A cidade de Mangaratiba, localizada no litoral do Estado do Rio de Janeiro, possui cerca de 307,606 km² de área territorial, tendo como população estimada 45.941 pessoas e a densidade demográfica de 102,29 habitantes por km², de acordo com as informações coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2021.

A Comunidade Remanescente de Quilombos da Ilha da Marambaia, titulada em 08/10/2015, está localizada no Município de Mangaratiba, na Restinga da Marambaia em uma área de segurança nacional, sendo controlada por militares e possui cerca de 124 famílias.

Angra dos Reis é uma cidade do Estado do Rio de Janeiro, tendo como os seus habitantes denominados angrenses. O município se estende por 813,420 km² e tem como população estimada cerca de 210.171 habitantes de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2021. A densidade demográfica é de 205,5 habitantes por km² no território do município. Angra é vizinha dos municípios de Mangaratiba, Bananal e Paraty, tendo a 58 km Sul-Oeste a cidade de Volta Redonda, na cidade do Rio de Janeiro

A Comunidade Santa Rita do Bracuí está localizada no Município de Angra dos Reis, conta com uma população de cerca de 129 famílias (quilombolas e não quilombolas?) e a situação fundiária aponta que a comunidade quilombola ainda não possui o título de terra, de acordo com os dados atualizados da CPISP em 2021

Paraty é um município brasileiro localizado no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, distante 258 quilômetros da capital estadual, a cidade do Rio de Janeiro. A população estimada é de 44.175 pessoas, tendo como densidade demográfica 40.57 habitantes por km², já sua área territorial é estimada em 924,296 km² de acordo com os dados do IBGE em 2021.

A Comunidade Quilombola Campinho da Independência, atualmente com cerca de 59 famílias, recebeu a titulação de terra em março de 1999, sendo a primeira comunidade quilombola reconhecida no Estado do Rio de Janeiro. Tem como prática o turismo de base comunitária, a agroecologia, atividades culturais e luta pela educação diferenciada.

A partir das informações apresentadas acima, este trabalho tem em seu campo de

pesquisa a base para a compreensão das histórias de vida das mulheres pesquisadas, entendendo o recorte geográfico da região da Costa Verde, especificamente os Quilombos da Ilha de Marambaia, Quilombo Santa Rita do Bracuí e Quilombo Campinho da Independência, necessários para a construção de suas identidades enquanto mulheres negras, quilombolas, suas relações com o território e a própria construção de suas identidades, como veremos na próxima etapa.

Sujeitos da pesquisa: quem são essas mulheres?

A pesquisa tem no estudo de caso a estratégia para o seu percurso, considerando as subjetivações e singularidades dos sujeitos participantes; com isso, o diálogo foi um instrumento indispensável. Deste modo, a seleção das mulheres participantes se orientou pelas pontuações de Silvestre, Martins e Lopes (2018, p. 21), ou seja, “[...] pessoas imersas naquilo que o(a) pesquisador(a) procura desenvolver em seus escritos: seja pelo papel que desenvolvem ou pelo espaço que partilham no cotidiano”.

As participantes da pesquisa são poetisas, griots, artistas, líderes, mães, mulheres das comunidades quilombolas: Vânia Guerra, do Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba-RJ; Marilda Francisco, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis-RJ e; Laura Maria, Quilombo Campinho da Independência, em Paraty-RJ.

Vânia Guerra dos Santos (FIGURA 01), mulher negra, jogueira, bisneta de negros escravizados, nascida em 1958, na Ilha de Marambaia, na realidade uma Restinga,¹¹ localizada no litoral de Mangaratiba (RJ), sul fluminense, em uma área considerada pelos militares como de segurança nacional e controlada pela Marinha do Brasil.

¹¹ Em ecologia, o termo Restinga é utilizado para definir diferentes formações vegetais que se estabelecem sobre solos arenosos na região da planície costeira. Esses ecossistemas são determinados fisicamente pelas condições edáficas (solo arenoso) e pela influência do mar e estão distribuídos ao longo do litoral brasileiro e por várias partes do mundo. Por Monik da Silveira Suçuarana Mestre em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (UFAC, 2015). Disponível em: <<https://www.infoescola.com/biomas/restinga/>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

Figura 01: Vânia Guerra, do Quilombo da Ilha da Marambaia Mangaratiba-RJ



Fonte: Registro da autora (2022).

Mãe de três filhos, viúva, fundadora da Associação da Comunidade dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR), atuou como presidente e tem sido uma das principais representantes locais na luta pelo território e pelos direitos dos moradores da Ilha da Marambaia.

Marilda de Souza Francisco (FIGURA 02), conhecida como Dona Marilda ou Marilda do Quilombo, é uma mulher negra, quilombola, casada, mãe de três filhos, nascida em 15 de outubro de 1958, no bairro Bracuí, em Angra dos Reis, município localizado no litoral sul fluminense do Estado Rio de Janeiro. Cresceu na Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí.

Figura 02: Marilda Francisco, Quilombo Santa Rita do Bracuí em Angra dos Reis-RJ



Fonte: Registro da autora (2022).

Marilda Francisco sempre foi atuante em sua comunidade, participando ativamente da associação de moradores e das questões diversas que perpassam seu território. Atua como funcionária pública (zeladora) na Escola Municipal Áurea Pires da Gama, localizada no mesmo bairro. Atualmente, Marilda Francisco é uma das principais lideranças da comunidade de Santa Rita do Bracuí, onde reside com seu marido e dois filhos.

Laura Maria dos Santos (FIGURA 03) nasceu em 1959, na cidade de Paraty, município localizado no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Casada, mãe de três filhos, avó de duas netas, mestre jongueira, arte-educadora, vive em constante luta pelas causas que envolvem educação diferenciada, cultura e direitos das comunidades tradicionais, além de contribuir em ações que envolvem economia solidária gerando renda em sua própria comunidade. Laura Maria é considerada uma das principais lideranças do Campinho da Independência, comunidade quilombola que teve sua origem na história de três matriarcas: Tia Marcelina, Vovó Antunica e tia Maria Luísa e atualmente, mantém tradições como forma de resguardar e manter viva a história da comunidade e dessas mulheres.

Figura 03: Laura Maria, Quilombo Campinho da Independência, em Paraty-RJ



Fonte: Registro da autora (2022).

Através do contato com essas mulheres, visei analisar seu protagonismo, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades com seus saberes, experiências e suas representações no contexto dos estudos sobre gênero, raça e quilombos.

Procedimentos de pesquisa

A pesquisa de campo iniciou no ano de 2020, ano em que tive o contato inicial com as participantes da pesquisa, além do acesso a documentos importantes para uma das etapas dessa pesquisa, que foi a análise documental. Logo, tive acesso ao Laudo Antropológico do Quilombo Santa Rita do Bracuí e ao Projeto Político Pedagógico (PPP) do ano de 2018 da Escola Áurea Pires da Gama; no Quilombo Campinho da Independência, a participante Laura Maria forneceu o documento intitulado “A identidade das comunidades negras no meio rural” produzido por Neusa Maria Gusmão¹² (1995), também responsável pelo laudo antropológico do Campinho, o qual ainda não foi disponibilizado por completo; no Quilombo da Ilha da Marambaia em Mangaratiba, tive acesso ao relatório técnico-científico sobre a comunidade.

O estudo de caso precisou ser readaptado devido às medidas de distanciamento adotadas pelo contexto da pandemia da Covid-19, o que impossibilitou a continuidade das visitas às três comunidades que se encontravam fechadas por medidas de segurança do governo local. Diante

¹² Neusa Maria Gusmão, antropóloga, fez pesquisas na comunidade do Campinho da Independência no final da década de 70 e posteriormente no final de década de 80.

disso, os contatos posteriores aconteceram com a utilização de recursos como *smartfone* e *internet*. O primeiro convite foi feito presencialmente, a Marilda de Souza Francisco em janeiro de 2020, no momento da visita a sua comunidade; a entrevista ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2021 pela plataforma Google Meet e teve duração de duas horas. O segundo convite foi para Laura Maria e ocorreu em 10 de março de 2020 via contato telefônico; a entrevista aconteceu no dia 10 de março de 2021, também pela plataforma Google Meet com duração de três horas. Com Vânia Guerra o contato e convite para a pesquisa ocorreu em 09 de abril de 2020, também por telefone; a entrevista aconteceu no dia 16 de março de 2021, por telefone devido à dificuldade de conexão pela internet, a duração foi de uma hora.

À todas as entrevistas foram enviadas o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) e após o recebimento das vias assinadas, as entrevistas foram realizadas.

Para o cumprimento dos aspectos éticos em pesquisa, a pesquisa foi submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro para obtenção do parecer favorável com liberação para o início da coleta de dados de acordo com as Resoluções CNS nº 466 de 2012 incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.

Análise dos dados

Para análise dos dados, adotou-se a análise de conteúdo. O método de análise apresentado por Bardin (2016) organiza-se em três pólos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Desse modo, após realizadas as entrevistas, estas foram transcritas e seu conteúdo em conjunto com os demais documentos da pesquisa foram analisados da seguinte forma:

- a) Pré-análise: realizada leitura flutuante de todo o material, a fim de compreender do que se trata; escolha dos documentos a serem analisados; constituição do *corpus* com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência;
- b) Exploração do material: codificação e categorização do material, em que foram definidas três categorias de análise: saúde e transporte; título de terra e educação escolar quilombola;
- c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: foi realizada a interpretação dos

dados por meio da inferência, considerado por Bardin (2016) um meio de interpretação controlada.

CAPÍTULO II

2 NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

Neste capítulo, apresento brevemente a origem da palavra quilombo, traçando um panorama geral sobre quilombos na América Afro-latina e o contexto histórico de surgimento no Brasil, passando por Palmares, apresento ainda a legislação vigente, reconhecimento, Titulação de Terras, o processo de ressignificação do termo atualmente e os quilombos da Costa Verde.

Breve histórico dos quilombos

Diversas sociedades coloniais se formaram ao longo das Américas entre os séculos XVI e XIX, marcadas pelas conquistas impostas pela escravidão indígena e africana, esse sistema se valia da mão de obra escrava e os tratava como meras mercadorias para promover através da exploração o crescimento econômico mundial.

Através do tráfico atlântico, vindos de diversos lugares, desceram nas Américas reis, rainhas, agricultores, trabalhadores diversos que foram submetidos às mais diversas torturas e dores para promover o lucro da colônia. Em meio a tantas dificuldades e lutas, se reinventaram e protestaram das mais variadas formas.

Quilombos, Palenques, Cumbes, Maroons e Cimarrones são alguns dos nomes dados às comunidades negras rurais distribuídas pela América Afro-Latina¹³, que surgiram inicialmente através da fuga, rebelião e resistência a um sistema escravocrata e perverso.

As comunidades formadas pelos negros escravos, que fugiram do trabalho forçado e resistiram à recaptura por parte das forças escravocratas, receberam vários nomes nas diversas regiões do Novo mundo: quilombolas ou mocambos no Brasil, [...] marrons, na Jamaica, no Suriname e no sul dos Estados Unidos. Os termos maroon e marron derivam do espanhol cimarrón, nome dado pelos primeiros colonizadores das Américas ao gado doméstico fugido da então ilha de Hispaniola (hoje Haiti e Santo Domingo) (CARVALHO, 1996, p. 14).

¹³ O termo América Afro-Latina foi noticiado pela primeira vez em 1978 por Anani Dzidzienyo, através da publicação do artigo “*Activity and Inactivity in the Politics of Afro-Latin America*” (Atividade e inatividade na política da América Afro-Latina) [tradução nossa] (ANDREWS, 2014).

A escravidão perdurou na América¹⁴ por mais de 300 anos e a construção da sociedade se deu através das mãos e do sangue de negros escravizados que se espalharam por todo Atlântico e que através das mais variadas formas de luta, resistiram e resistem até os dias atuais. Se faz necessário uma compreensão ampla e atual de quilombo, não limitando-o apenas ao seu aspecto geográfico e passado, mas compreendendo a diversidade e os aspectos que envolvem sua estrutura como movimento social e político de resistência e (re) existência multicultural.

Ao longo dos anos, erroneamente, fomos levados a pensar que a história da África se deu a partir da escravização criminosa dos negros africanos que foram retirados brutalmente de sua terra natal pelos europeus. Em razão disso, foram forçados a absorver a visão eurocêntrica das formas mais covardes possíveis, ou seja, fator que corroborou para a visão equivocada que temos acerca da história desse continente. Limitar a história do Continente Africano à escravização faz parte de uma ideia racista de subalternizar e eliminar a todo custo a história de um continente imensamente rico e que contribuiu na formação de diversos povos.

No processo de escravização desses povos, desconsiderou-se seus corpos, suas culturas, histórias e valores, dentre outros processos de invisibilização e silenciamento. A luta pela liberdade, identidade, manifestação da cultura e dos modos de vidas sempre foi uma forma de resistência para o povo negro. Beatriz Nascimento (1985, p.41) afirma que “o Quilombo é um movimento de cunho social e político, organizado e que dentre outros revelaram diversas formas de resistência do povo negro.”

Um movimento de âmbito social e político é o objetivo do nosso estudo. Trata-se do Quilombo (Kilombo), que representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

O Continente Africano é o berço da sociedade, com elevadas tecnologias, formas de vida, culturas e histórias próprias. Dessa forma, é importante ressaltar que quilombo é uma constituição africana existente desde a pré-diáspora. Em sua origem, quilombo possui a etimologia bantu, segundo Kabengele Munanga (1996), a palavra Kilombo se dá a um tipo de instituição sócio político-militar da África Central, especificamente na República Democrática do Congo, Zaire e Angola:

¹⁴ Termo utilizado por Lélia Gonzalez em A categoria político-cultural de Amefricanidade. 1988.

A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem, na qual os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como coqueiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos. O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundo, kongo, wovimbundo etc. (MUNANGA, 1996, p. 59).

Uma das primeiras definições registradas do termo, como afirma Moura (1987), se deu em 02 de dezembro de 1740, através da resposta do Conselho Ultramarino Português ao Rei de Portugal, no qual definia a palavra quilombo como "[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele" (MOURA, 1987, p. 11). No Brasil, essa definição foi adotada por muitos pesquisadores que se dedicavam ao estudo dos quilombos, a exemplo de Arthur Ramos e Edson Carneiro (SCHIMIT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Diferentemente da definição acima, quilombos ou comunidades quilombolas - em sua essência - compostas de africanos e seus descendentes, se expandiram por todo o território e se constituíram no período colonial através das formas mais variadas. A fuga dos escravizados que muitas vezes ocupavam terras livres, isoladas e de difícil acesso, mas também através das heranças recebidas, doações, compras, pagamentos por prestação de serviço, etc.

Dessa forma, é importante salientar que os quilombos brasileiros se formaram a partir de diferentes processos e não se pode limitar sua existência exclusivamente a denominação "terra de pretos fugidos", pois essa descrição errônea e racista se perpetuou, desconsiderando toda a história de um povo que carrega a construção do Brasil e da América Afrolatina em seus corpos e história.

Os quilombos se constituíram de uma experiência coletiva de resistência e de combate à escravidão. Para Alex Ratts (2012, p. 135), é possível dizer que "[...] onde houve escravidão de africanos e seus descendentes, houve a formação de quilombos." e essa afirmação se estende por todas as Américas e em muitos países de colonização espanhola, mas é importante perceber que o processo de aquilombamento não se limita às Américas e não se findou com a abolição da escravidão.

Estudar sobre a sociedade brasileira é compreender a importância dos quilombos para a constituição da nossa história, entre outros aspectos, difundindo a multiculturalidade através das relações existentes e coexistentes nas diferentes culturas africanas vindas para o Brasil. Em toda a nossa construção histórica, nossas raízes carregam as marcas dessa cultura que é plural,

porém muitas vezes invisibilizada e silenciada. Os povos bantos, localizados na África subsaariana, têm uma participação especial na nossa formação étnico-racial e social, através dos quilombos, capoeira, expressões culturais e religiões afro-brasileiras como a Umbanda (OLIVEIRA, 2015).

O quilombo se tornou um assunto silenciado e forjado erroneamente como um espaço ou reduto de “negros fugidos”. Nascimento (1985), torna Palmares referência e busca compreender os quilombos como espaços de poder e resistência ao cruel sistema escravista que permeia a época.

É enquanto caracterização ideológica que o quilombo inaugura o século XX. Tendo findado o antigo regime, com ele, foi-se o estabelecimento como resistência à escravidão. Mas justamente por ter sido, durante três séculos, concretamente, uma instituição livre, paralela ao sistema dominante, sua mística vai alimentar os anseios de liberdade da consciência nacional. [...] Esse momento de definição da nacionalidade faz com que a produção intelectual se debruce sobre esse fenômeno, buscando seus aspectos positivos como reforço de uma identidade histórica brasileira. Mas não só nela, em outras manifestações artísticas o quilombo é lembrado como desejo de uma utopia. A maior ou menor familiaridade com as teorias da resistência popular marcam essa produção, que é, inclusive, demonstrada em letras de samba. Muitas vezes, referidas em instituições escolares (NASCIMENTO, 1985, p. 45).

Kabengele Munanga (1996), afirma que existem semelhanças entre os antigos quilombos africanos e brasileiros que foram formados no mesmo período e a contribuição desses povos na formação dos quilombos brasileiros é inegável e de extrema importância.

Pelo conteúdo, o quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano, reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos (MUNANGA, 1996, p. 60).

De acordo com o historiador Flávio dos Santos Gomes (2005), em todo o território brasileiro do período colonial haviam mocambos e quilombos. O termo “mocambo” foi utilizado inicialmente e os mesmos abrigavam diversos grupos, entre eles indígenas, crescendo e atraindo cada vez mais fugitivos não necessariamente negros escravizados, causando as autoridades da época, um grande alerta e um combate brutal ao crescimento dessas comunidades, pois eles as entendiam como uma grande e terrível ameaça ao sistema escravista colonial.

Na capitania do Rio de Janeiro, há existência de mocambos desde 1625. Em

1645, o Senado da Câmara local tentava regular as tomadias dos apresadores de fugitivos. Em 1659, reaparecem notícias de mocambos não muito distantes da cidade do Rio de Janeiro (GOMES, 2005).

O Sudeste do Brasil também se beneficiou do trabalho de africanos escravizados especificamente se tratando do Rio de Janeiro, os primeiros registros de quilombos nessa região datam de 1625. Rio Paraíba do Sul, Serra dos Órgãos, Inhaúma, São Cristóvão, Itaboraí, Magé, Icaraí (Niterói), Cachoeiras de Macacu, Saquarema, Baixada Fluminense entre outros, fazendo com que a colônia se mobilizasse lançando mão de várias estratégias não convencionais e leis para frear o avanço dessas comunidades (GOMES, 2005).

Os quilombos representavam o que seriam as lutas contra a dominação e a resistência, que geraram vozes e protagonistas, a exemplo de Dandara dos Palmares, Mariana Crioula, Zacimba Gaba, foram uns – dentre outros – representantes da coletividade negra no período da Escravidão no Brasil. Suas atuações foram demonstradas a partir do seu empenho contra toda opressão imposta pelos colonizadores aos africanos e seus descendentes escravizados.

Apesar de suas contribuições, as histórias dessas mulheres ainda possuem pouco destaque na literatura, porém muitos pesquisadores e pesquisadoras têm se comprometido em torná-las acessíveis e conhecidas cada vez mais. No entanto é consenso que quando se trata de quilombos o nome de Zumbi dos Palmares ainda é destaque, devido à sua história de luta, combate, defesa e resistência em favor de seu povo, sendo esse os fatores que corroboraram para que atualmente seu nome recebesse grande atenção dentre diversas produções, a exemplo de crônicas, historiografia, música, poesias, etc. (SANTANA, 2012).

Gomes (2015), afirma que o Quilombo dos Palmares é considerado um dos mais antigos quilombos do Brasil, sua constituição iniciou nas últimas décadas do século XVI, tendo a primeira referência com seu nome em 1597. Após diversos ataques foi destruído em 1695 e seu último líder, Zumbi, foi assassinado um ano depois. Os mocambos que constituíram Palmares compreendem os atuais estados de Pernambuco e Alagoas. Serra da Barriga está situada no município de União dos Palmares e é um importante sítio nacional histórico.

Nascimento (1985) por sua vez, informa que os quilombos dessa época apesar de sofrerem constantes perseguições por parte da colônia, sobreviviam através das falhas do sistema escravista da época

Neste século, a proliferação de quilombos se faz em todo território das capitanias coloniais. A diferença básica entre estes e os do século XVIII está diretamente vinculada à impossibilidade de cada um em si representar um

risco ao sistema. Nesse particular, tanto no século XVII quanto no século XIX, essa instituição procede como frinchas no sistema, muitas vezes convivendo pacificamente, que ao ser vista globalmente, ou seja, em todo o espaço territorial e em todo o tempo histórico, traduzia uma instabilidade inerente ao sistema escravagista. A oscilação das atividades econômicas, ora numa região, ora noutra, provocava, muitas vezes, o afrouxamento dos laços entre os escravos e senhores. A fuga passa a ser uma instituição decorrente dessa fragilidade colonial e integrante da ordem do quilombo. O saque, as razzias, enfim, o banditismo social, são a tônica que define a sobrevivência desses aglomerados (NASCIMENTO, 1985, p. 45).

De acordo com Alex Ratts (2012), após os acontecimentos históricos da abolição da escravidão e da Proclamação da República no Brasil, a sociedade política e intelectual da época concluiu, de forma equivocada, que os quilombos haviam se deslocado para a área urbana. Conclusão errônea que foi fomentada pelo mito das três raças, o processo de urbanização vigente no país no período, bem como a ideia de apresentar o Brasil como uma sociedade completamente livre da escravidão. No entanto, os reflexos de mais de três séculos de escravidão não foram apagados, apenas invisibilizados, assim como os quilombos ainda existentes na época.

Alex Ratts (2012) afirma que os quilombos são um fenômeno histórico e que passam por um processo de reconhecimento. Compreender sua estrutura não é tão simples, ao passo que mesmo sendo uma experiência coletiva dos africanos em diáspora, compreende singularidades próprias de cada cultura.

Atualmente existe no Brasil cerca de 5.972 (cinco mil novecentos e setenta e dois) localidades quilombolas, presentes em 1.672 (mil e seiscentos e setenta e dois) municípios brasileiros. Dentre essas localidades, 404 (quatrocentos e quatro) territórios são oficialmente reconhecidos, 2.308 (dois mil trezentos e oito) são chamados de agrupamentos quilombolas e 3.260 (três mil e duzentos e sessenta) são chamadas de outras localidades quilombolas.¹⁵

No Brasil atual, as comunidades quilombolas são diversas, rurais, urbanas e constituídas de diversas formas. É um pensamento essencialista demais afirmar que os quilombos são comunidades formadas por remanescentes de negros escravizados. Várias situações e peculiaridades formam essas comunidades e isso deve ser levado em conta para desconstruir nossos conceitos sobre a formação étnico-racial e territorial do Brasil no que tange a essas comunidades.

O racismo, sobretudo o institucional, ainda marca a nossa sociedade e é um grande

¹⁵ Informações disponíveis em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21311-quilombolas-no-brasil>>. Acesso em 11 de julho de 2022.

problema para as comunidades quilombolas, pois em sua maioria não são atendidos em suas demandas (sociais, culturais, educacionais, territoriais, etc). Dessa forma é importante reconhecer que a palavra quilombo passou a identificar diversas comunidades negras rurais ou urbanas, que se organizam politicamente em prol do bem-estar comum e assim tornou se atualmente sinônimo de resistência e luta contra as mazelas de uma sociedade racista.

Ressignificação e processo de titulação: reconhecimento e legislação

Ratts (2015) afirma que em 1970, através do Movimento Negro, o sentido de quilomborenasce e é substancialmente caracterizado como uma experiência negra, tornando Zumbi um herói nacional, sendo a partir de 1995, o dia 20 de novembro, considerado o Dia Nacional da Consciência Negra. A partir desse momento, algumas comunidades negras rurais passam a ser conhecidas e a atuarem no combate ao racismo impregnado em nossa sociedade. Dessa forma, o tema quilombo toma uma nova proporção ganhando força e sentido.

Quando se fala de legislação quilombola no Brasil é perceptível que o reconhecimento de direitos específicos às comunidades é ainda recente. Diferente da população indígena, em que os direitos às suas terras já vinham sendo assegurados no período colonial e nas Constituições Brasileira a partir de 1934. No caso das populações remanescentes de quilombos foi reconhecido pela primeira vez apenas na constituição de 1988, conforme preconiza artigo 68 do ADCT “Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

Os anos de 1987 e 1988 foram marcados pela mobilização de diversos atores sociais (militantes, políticos, etc) o que resultou na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, a chamada ‘Constituição Cidadã’, trouxe em seu Art. 216, inciso V o reconhecimento das terras como propriedades dos remanescentes de comunidades quilombolas.

Art. 216.[...]

Inciso V. § 5o – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Disposições Transitórias: Art. 68 – Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

De acordo com Souza (2008) o Primeiro Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais, realizado em 1995, contou com a presença de diversos representantes de 26 comunidades negras rurais, Movimento Negro, Organizações não governamentais e órgãos públicos federais. Nesse encontro, uma carta com diversas solicitações e reivindicações foi entregue ao então presidente da República Fernando Henrique Cardoso. É quando surge o movimento quilombola atuando no âmbito nacional e em diferentes contextos, tendo a Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) como o principal órgão representante.

Em 20 de Novembro de 2003 as comunidades quilombolas ou então, comunidades remanescentes de quilombo (nome dado juridicamente), conquistaram através do Decreto Nº 4.887 o direito a titulação de terras. Decreto que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 2003).

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Após a definição jurídica de “remanescentes das comunidades de quilombo”, destacamos o que as caracterizam como tais:

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (BRASIL, 2003).

A partir de 2007, as comunidades quilombolas foram consideradas populações tradicionais e são amparadas pelo Decreto Federal nº6.040. Atualmente, contamos com mais de 4.500 comunidades quilombolas espalhados por 24 estados brasileiros, conforme dados do CONAQ. Ainda assim, muitas comunidades travam uma verdadeira batalha pelo reconhecimento de seus territórios, pela manutenção, respeito e preservação do meio ambiente

tornando o direito às terras e a preservação das mesmas, as maiores demandas das comunidades remanescentes de quilombos.

No ano de 2008, em 1º de outubro foi editado pelo INCRA a Instrução Normativa (IN) Incra nº 19/2008¹⁶, que estabeleceu os novos procedimentos para demarcação e titulação dos quilombos e este foi resultado do movimento quilombola em conjunto com seus parceiros (INCRA, 2008). A posteriori, outras regras foram modificadas, a exemplo da Instrução Normativa nº 56¹⁷ de 7 de outubro de 2009 que removeu alguns empecilhos burocráticos. No entanto, a IN Incra nº 56 foi revogada, sendo substituída pela IN nº 54¹⁸ de 20 de outubro de 2009e que vigora até os dias atuais (INCRA, 2009).

Atualmente, no governo Bolsonaro, a primeira modificação aconteceu em 01 de janeiro de 2019 com a publicação da Medida Provisória (MP) 870/2019 que instituiu a organização básica dos órgãos da Presidência e dos Ministérios. A MP delegou então aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a competência de regularização fundiária das Terras Quilombolas. No dia seguinte, 02 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto nº 9.667/2019 que aprovou a estrutura regimental da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2019).

Legislação quilombola do Estado do Rio de Janeiro

As comunidades quilombolas existem hoje no Brasil em 24 Estados brasileiros. Dos quais, em 23 deles há legislação vigente para a população quilombola: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Nesse contexto, o Estado do Rio de Janeiro aparece entre os Estados que possuem textos normativos quanto o direito à terra, desenvolvimento sustentado e inclusão produtiva, ainda que não tenha uma Constituição Estadual específica para tal. No quadro a seguir será apresentada a síntese da legislação estadual do Rio de Janeiro que atribuem aos órgãos do governo as competências relacionadas as comunidades quilombolas (QUADRO 01).

Quadro 01: Legislação Quilombola do Estado do Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO	DATA DE PROMULGAÇÃO	EMENTA
Lei n 7.790	28 de novembro de 2017	Declara patrimônio cultural, histórico e imateriale considera de especial interesse social as comunidades quilombolas, caipiras, caboclas, de pescadores, caiçaras e agricultores no âmbito do estado do rio de janeiro, inclusive aquelas localizadas em unidades de conservação da natureza, e dá outras providências.
Resolução SEEDUC n°5.515	02 de março de 2017	Dispõe sobre a implementação do programa Brasil Alfabetizado em comunidade quilombola, territórios pacificados e aldeias indígenas, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, e dá outras providências
Lei n° 7.126	11 de dezembro de 2015	Institui o Plano Estadual de Promoção de Igualdade Racial do estado do Rio de Janeiro.
Lei n° 7.122	03 de dezembro de 2015	Institui a política estadual de incentivo ao uso da energia solar
Lei Complementar n.º 149	15 de dezembro de 2014	Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n.º 111, de 1º de fevereiro de 2011 – Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.
Decreto n.º 44.232	07 de junho de 2013	Dispõe acerca da implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (SISANS/RJ).
Decreto n.º 44.204	13 de maio de 2013	Institui o plano estadual de promoção de igualdade racial PEPiR/RJ e dá outras providências
Resolução Conjunta SEAPPA/SEE DUC n.º 04	31 de maio de 2010	Institui o núcleo de apoio estadual ao programanacional de alimentação escolar - PNAE, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências
Lei n° 5.637	06 de janeiro de 2010	Cria o programa estadual de desenvolvimento de agrovilas e dá outras

		providências.
Lei complementar n.º 131	06 de novembro de 2009	Dispõe sobre medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis do estado do rio de janeiro e dos demais entes da administração direta e indireta e dá outras providências.
Decreto n.º 41.357	13 de junho de 2008	Dispõe sobre a constituição do Fórum Estadual Intersetorial "Voz aos Povos Quilombolas, Assentados e Acampados Rurais, Indígenas e Pescadores Artesanais" e dá outras providências.
Decreto n.º 26.818	31 de julho de 2000	Dispõe sobre a estrutura básica do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro ITERJ, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, e dá outras providências.
Decreto n.º 25.210	10 de março de 1999	Homologa as características do imóvel pertencente à Comunidade Remanescente do Quilombo no município de Paraty e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Conforme dados do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), em 2020, há no Estado do Rio de Janeiro 48 (quarenta e oito) comunidade quilombolas, em que apenas três deles possuem título de propriedade¹⁹, ainda que o direito à terra pelos quilombolas seja legalmente garantido pela Constituição Federal. Já segundo dados da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), 29 (vinte e nove) comunidades quilombolas no Rio de Janeiro são reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), em que duas delas são tituladas pelo Incra²⁰. Conforme a Associação das Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro (ACQUILERJ), há no Rio de Janeiro 52 (cinquenta e duas) comunidade quilombolas ou remanescentes de quilombo mapeadas em todo o Estado (REBELO, 2021).

¹⁹ Informações disponíveis em: <<https://www.irib.org.br/noticias/detalhes/al-rj-rio-reconhece- apenas-6-das-suas-comunidades-quilombolas>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

²⁰ Informações disponíveis em: <<http://www.museuafrorio.uerj.br/?work=quilombos#:~:text=No%20estado%20do%20Rio%20de,sendo%20duas%20tituladas%20pelo%20Incr a.>>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

Quilombos da Costa Verde: olhares sobre Marambaia, Bracuí e Paraty

Durante o período colonial, a região conhecida como Costa Verde que abrange os Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, foi utilizada como travessia do caminho do ouro, sofrendo grandes influências econômicas e em relação ao tráfico negreiro. Localizados na área Sul Fluminense, os quilombos de Marambaia, Santa Rita do Bracuí e Campinho da Independência, trazem em suas histórias grandes marcas do período colonial.

Diante do contexto do período escravocrata, o surgimento das comunidades de Marambaia e Bracuí diferem de Campinho, onde o mesmo surgiu a partir da herança recebida de três mulheres negras Vovó Antonica, Tia Marcelina e Tia Maria Luíza que receberam e fizeram da terra usufruto para as famílias e seus descendentes.

Quilombo de Marambaia

De acordo com o IBGE (2020) o Município de Mangaratiba (FIGURA 04) possui cerca de 45.220 habitantes, no seu litoral fica localizada a Ilha de Marambaia, que está em uma área de segurança nacional e controle militar. Para chegar ao local somente com autorização prévia e por meio de embarcação da Marinha. Atualmente a população dos Remanescentes do Quilombo da Marambaia é de cerca de 124²¹ famílias que residem em casas antigas de alvenaria e estuque.

²¹ Dados coletados no site da Comissão Pró Índio de São Paulo localizado. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/marambaia/>>. Acesso em 15 de julho de 2021.

Figura 04: Mapa Município de Mangaratiba



Fonte: Google Imagens.

Joaquim de Souza Breves, senhor do Café, escravocrata e um dos grandes responsáveis pelo tráfico de escravos do século XIX no Rio de Janeiro, utilizava a Ilha de Marambaia como ponto de “engorda” dos escravizados que vinham da costa da África antes da venda para outros fazendeiros da época, como afirma Vânia Guerra.

A minha comunidade surgiu com o tráfico de negros na costa da África, bem próximo a nós aqui no Brasil, Congo e Angola (VÂNIA GUERRA).

Os moradores antigos afirmam que “Breves”, antes de morrer, deixou a ilha para os escravizados que moravam nela. Deu uma praia para cada família, mas não havia documento que comprovasse tal ação, o que não impediu que os moradores vivessem de forma pacífica até 1971¹⁹. Na década de 70, os impactos e as mudanças significativas na vida da comunidade surgiram com a chegada da Marinha. Em seu relato, Vânia afirma

E aí a Marinha já estava instalada aqui, essa OM e claro trouxeram todas as coisas ruins lá de fora, inclusive o preconceito mesmo (VÂNIA GUERRA).

Isso porque a Ilha da Marambaia é uma área de segurança nacional controlada pela

Marinha Brasileira. Após a abolição da escravidão no Brasil os descendentes dos ex-escravos continuaram no local e ocuparam a terra de forma tradicional e trabalhavam como pescadores artesanais. Na década de 1970 ao ser adquirida pela União, a ilha passou a ser utilizada como área de treinamento pelos fuzileiros navais e foi justamente por isso que os conflitos fundiários surgiram, um confronto entre os moradores da ilha e a Marinha que administrava a área.²²

Através de enormes restrições e diversas ações judiciais de Reintegração de Posse alegando que os moradores eram invasores de terras. Após um intenso período de luta pela terra, em 2014, a Marinha e a comunidade assinaram o Termo de Ajustamento de conduta encerrando as disputas jurídicas e em 08/10/2015 a comunidade quilombola da Marambaia recebeu a titulação de posse da terra.

Usada propositalmente para iniciar, nesse trabalho, a discussão sobre o surgimento das comunidades quilombolas, porque apenas apresenta a síntese do completo surgimento das comunidades quilombolas no Brasil, da sua origem desde o início da cruel escravidão no Brasil, em que os negros foram trazidos forçadamente do continente africano para viverem aqui sem suas identidades e liberdades, mas que ainda assim (re)existiram, ressignificaram e essa ancestralidade, deixou-nos esses territórios repletos de histórias a serem narradas.

Quilombo de Bracuí

Situada no Sul do Estado do Rio de Janeiro, está a cidade de Angra dos Reis (FIGURA 05), que segundo os dados do IBGE (2020) possui cerca de 207.044 habitantes. Dentro desta cidade, no bairro do Bracuí, está localizada a Comunidade Quilombola de Santa Rita do Bracuí que atualmente possui 129²³ famílias.

²² Informações disponíveis em: <<https://www.geledes.org.br/apos-decadas-quilombolas-da-marambaia-conseguem-acordo-com-marinha-brasileira-que-preve-cessao-de-terra/>>. Acesso em 20 de agosto de 2022

²³ Dados coletados no site da Comissão Pró Índio de São Paulo. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/bracuí/>>. Acesso em 26 de junho de 2021.

Figura 05: Mapa da cidade de Angra dos Reis



Fonte: Google Imagens.

A história do quilombo Bracuí²⁴ é marcada pelas fortes tradições orais que são passadas dos pais para os filhos, fortalecendo vínculos e dando subsídios para a construção da história da comunidade. Mais uma vez a família Breves se faz presente nesse território, dessa vez o dono das terras do Bracuí é José Joaquim de Souza Breves, Comendador na época do Brasil Império e junto com o seu irmão Joaquim José de Souza Breves construíram grandes riquezas através da exportação do café. Com suas diversas propriedades, fazendas, se tornaram uma das famílias mais ricas da época e (CARVALHO, 1988) aponta que os Breves possuíam cerca de 6000 escravizados.

O bairro Bracuí, em sua estrutura original era a Fazenda Santa Rita do Bracuí, localizada perto do mar em Angra dos Reis, foi adquirida por José Joaquim de Souza Breves no ano de 1829. Considerada uma das maiores proprietárias e traficantes de escravizados do país, inclusive mesmo com a proibição do tráfico, a fazenda ainda recebeu homens e mulheres que atravessaram o Atlântico, durante muito tempo, de forma ilegal.

Marilda Francisco corrobora essa informação ao afirmar que a comunidade existe

²⁴ MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; SOUZA, Mirian Alves e COUTO, Patrícia Brandão. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Niterói: SE, 2009.

desde a época da escravidão, mas ainda não tinha o nome de quilombo.

Na verdade, a comunidade é desde a época da escravidão. Mas esse nome: “QUILOMBO” já vem depois de 1999. Aí é a data que surge o nome de quilombo, porque antes era Santa Rita do Bracuí, comunidade negra rural. Agora, a palavra quilombo mesmo já é de agora, de 1999 (MARILDA FRANCISCO).

Segundo Lourenço (2010), a riqueza da família Breves, que incluía mais de vinte fazendas em terras fluminenses, foi edificada sobre trabalho escravo. Joaquim de Souza Breves, que ficou conhecido como o “Rei do Café”, deixou em testamento a maior parte de seus bens aos pobres, à Igreja e a seus próprios escravizados.

Aberto em 1879, após sua morte, o testamento transformou os ex-escravizados em proprietários de terras e após serem ludibriados pelo então procurador da época, houve uma grande revolta entre os agricultores e inaugura um longo período de lutas dos camponeses, até os dias atuais, para garantir a permanência na terra que lhe foi legada.

Aqui era uma fazenda onde tinham pessoas escravizadas e também é uma fazenda que servia muito de posto de passagem de negro pra Bananal em São Paulo. Os negros iam para outro espaço e aqui tinha um porto chamado Porto Guimarães e nesse porto os negros vinham. Alguns ficavam aqui nessa fazenda e os outros iam para São Paulo, Minas, passava pra lá. E depois, antes de morrer, o Senhor de Engenho daqui deixa essas terras em testamento para os negros que aqui estavam. Aí, ele alforria os negros e deixa essas terras para esses negros. E deixa também em testamento que é pra usufruto, e quando fala usufruto é que pode passar gerações que a terra continua para aquelas gerações. Aí hoje em dia a gente está aí (MARILDA FRANCISCO).

Nesse ínterim, no período do Golpe Militar, a situação se complica porque a associação dos agricultores é dissolvida, o município se converte em área de segurança nacional e o grande capital imobiliário encontra as condições para sua reprodução. A Fazenda Santa Rita foi dividida ao meio pela BR 101, a Rio Santos. A parte de baixo, à beira mar, foi inicialmente cobijada para a construção do Condomínio, Marina e Pólo Turístico. Os moradores foram expulsos e seus bananais destruídos, iniciando uma configuração do espaço onde os agricultores e suas famílias, compulsoriamente, foram ocupar a outra margem da Rodovia Rio Santos. Nesta se estabeleceram também os indígenas Guarani Mbya, que migraram do sul do país e, em 1996, tiveram o processo de demarcação concluído e seu território, a aldeia Sapukai, homologado pelo Governo Federal.

Mas apesar da gente ter esse testamento, agora a gente luta pra ter um título de terra, porque um título de terra que vai garantir que as terras que ainda estão com o povo negro daquela época, vão ser registradas como terra quilombola mesmo (MARILDA FRANCISCO).

Hoje, os moradores do Quilombo Santa Rita do Bracuí, autodeclarados quilombolas ainda lutam pela titulação definitiva de suas terras. Marilda Francisco então narra acerca da história do quilombo, de como surgiu, como passou a ser de “titularidade” dos negros que ali habitavam e que, ainda, essas terras tenham sido doadas pelo senhor de engenho que a possuía anteriormente, o processo de reconhecimento ainda é um dos problemas enfrentados pela população local.

Quilombo de Paraty

De acordo com o IBGE (2020) a Cidade de Paraty (FIGURA 06), localizada na região Costa Verde, entre Rio de Janeiro e São Paulo possui cerca de 43.680 habitantes, dentre eles 59²⁵ famílias de remanescentes quilombolas vivem no Quilombo do Campinho da Independência.

²⁵ Disponível em: <<https://cpisp.org.br/campinhodaindependencia/>>. Acesso em 15 de julho de 2021.

Figura 06: Mapa Cidade de Paraty

Fonte: Google Imagens.

Lima (2008) afirma que nessa região, durante a expansão cafeeira, desembarcavam clandestinamente os escravizados por volta de 1831 a 1850. A mudança da rota comercial entre Minas Gerais e o porto de Paraty foi alterada no século XIX, causando um declínio econômico muito grande para a cidade, fazendo com que os senhores abandonassem suas terras.

O Quilombo foi formado por Antonica, Marcelina e Luiza, três mulheres escravizadas que trabalhavam na Casa Grande, com o fim da escravidão, receberam do dono da Fazenda Independência, que era um engenho de cana de açúcar região, a doação dessas terras sem nenhum documento legal que as respaldasse, a partir de então constituíram suas famílias no Quilombo do Campinho da Independência. De acordo com Gusmão:

As terras de Campinho foram terras doadas a três mulheres, escravas da Casa Grande, sede da antiga Fazenda da Independência, e, que, transformadas em **terras de pretos**, são terras de gerações que delas descendem (1995, p. 22) [grifo da autora].

Com a valorização imobiliária da região, as ameaças dos grileiros, os moradores sofreram muito com as disputas pelas terras proveniente do crescimento do turismo e a

construção da rodovia Rio Santos na década de 70, com isso deram início a luta pelas terras na justiça. Essa história é corroborada por nossa entrevistada Laura Maria (2021) que assim diz.

Três mulheres aparecem e daí é que vem a nossa história. A história começa aí. As três mulheres, vovó Antonica, tia Marcelina, tia Maria Luíza, que são que todos nós somos herdeiros delas, né? Elas sim fizeram a história e transformaram um momento de infortúnio né? Que é na visão de alguns aquilo podia ser né? Uma coisa horrível e agora como que é? Agora que ficou bom. Como a gente acha como se deve ser. Então é bola pra frente, a elas foram esse legado e eu acho que é um dos mais importantes né? É nisso que a gente se sente e se fortalece. É nessa história né? E então com certeza elas chamaram aqueles que estavam mais longe, né? E foram, olha vamos constituir nossa vida aqui porque agora a gente é livre, é um povo livre, todo mundo foi embora. Então elas foram as primeiras lideranças nesse sentido. E então da organização, do quilombo, embora ainda não se chamasse de quilombo, chamava terra de pretos. Não muda, né? Olha essas terras vocês não podem vender, né? Essas terras é pra uso. Uso frutos é pra todas as gerações que vierem, pra gente viver aqui. Então assim a concepção aqui a gente tem é ancestral. Então assim tudo que a gente faz é por conta dessa herança que a gente tem de ancestralidade. Então toda nossa força vem dessa história.

Em seu relato, Laura Maria afirma com orgulho sobre a importância de Antonica, Marcelina e Luíza na constituição da comunidade e no fortalecimento das relações existentes, tendo como base principal o legado deixado pelas três mulheres, como afirma Gusmão.

Três mulheres, cuja a realidade transcende o tempo cronológico e histórico, sendo a um só tempo: presente, passado e futuro. Tal como os mitos, são elas a base que exprime, salienta e codifica as práticas sociais e nesse sentido, de Antonica, Marcelina e Luíza, surge a possibilidade de compreender o grupo negro de Campinho da Independência (1993, p. 45).

Em 1994, com a criação da Associação de Moradores do Campinho (AMOC), passaram a lutar coletivamente e estrategicamente pela titulação. Em 21 de Março de 1999, tornou-se a primeira comunidade quilombola do Estado do Rio de Janeiro a receber, baseada no artigo 68 da Constituição Federal (ADCT)²⁶, a titulação definitiva pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Fundação Cultural Palmares. Como afirma Laura Maria.

E o quilombo hoje depois que se lutou muitos conseguiu titular. Em mil novecentos e noventa e nove no campinho da independência, ela é de mil novecentos e noventa e quatro é período pós-constituição do Brasil, né? A

²⁶ Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Constituição de oitenta e oito que aí já veio com o artigo meia oito, né? Já tinha o artigo meia oito, o Ronaldo fala que a o campinho foi uma das comunidades, três comunidades que inspirou, a construção do artigo meia oito, porque só eram três e uma é o Quilombo do Campinho, Alcântara no Maranhão. Ele falou ontem de um outro quilombo que eu tenho que perguntar a ele. Chegou a época do papel que até então era uma luta sem papel, era na garra, é daquelas três mulheres que deixou pra gente, é isso só falado, não tinha em papel. Né? mas eu nasci aqui, isso aqui é meu. Então cria-se a associação de moradores, já com esse objetivo em noventa e em noventa e oito entra a uma nova geração, né? De meninos de jovens, né? E em noventa e nove é titulado com Benedita. A gente foi titulado por uma vontade política, né? Por que que nós somos? Nós éramos terras de estado tudo é terra deles né? Então não nos tinha titulado porque não quiseram. E já poderiam ter feito, a Benedita era governadora que foi quando garantiu saíram pra ser candidata à presidência da república é importante a gente falar. Nada, nenhum direito que é dado hoje pelo governo foi dado, foi ele foi conquistado (LAURA MARIA, 2021).

Laura Maria iniciou sua narrativa sobre história da comunidade quilombola Campinho da Independência em Paraty, ao falar sobre seu nome, que tem origem por estar no localizada na região da anterior Fazenda Independência, no Terceiro Distrito de Paraty. As mulheres nos quilombos sempre foram uma parte importante da comunidade, desempenhando um papel vital na vida cotidiana do quilombo, bem como em sua defesa. E isso apenas é corroborado com a fala acima, em que Laura Maria, sabiamente apresenta o contexto de construção do território da comunidade quilombola, não apenas como uma mera herança deixada pelos senhores de escravos, mas sim de um espaço que fora significativamente preenchido e aqui, aparece o protagonismo de outras três mulheres para fomentar essa história “vovó Antonieta, tia Marcelina, tia Maria Luiza”, que juntas, iniciaram a história desse quilombo.

CAPÍTULO III

3 MULHERES: VOZES DA (RE) EXISTÊNCIA

Neste capítulo, de forma breve, busco apresentar o conceito de gênero, raça, racismo e resgatar a memória de algumas mulheres negras, quilombolas, que lutaram pelo direito à liberdade, reivindicando seu espaço. Logo após apresento três mulheres negras quilombolas, do seu tempo que lutam e constroem espaços de resistências e (re)existências. Vozes que se levantam contra a opressão e a injustiça.

Raça, racismo e gênero: abordagens interseccionais

O conceito de raça é complexo e multi-dimensional. Entretanto, podemos dizer que raça é uma categoria socialmente construída que é usada para agrupar pessoas com base em características físicas. Isto pode incluir a cor da pele, a textura do cabelo e as características faciais. A raça não é uma forma precisa ou científica de classificar as pessoas, mas é uma realidade social que tem consequências reais na vida das pessoas.

Conforme apresenta Munanga (2014) o conceito de raça aparece pela primeira vez na botânica e zoologia visando classificar as espécies de seres vivos. Moore (2007) apresenta que esse termo, etimologicamente, vem da palavra italiana *razza*, de origem do latim *ratio*, e significa categoria ou espécie.

Munanga (2014) colabora com a compreensão do conceito, ao afirmar que assim como outros, o conceito de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e espacial. Desse modo, ele vem sendo construído na história e sociedade desde o período medieval, em que era utilizado para designar a descendência e linhagem, servindo assim para classificar os grupos sociais. No século XVII, durante o Iluminismo, através da ideia que buscava explicar os fenômenos naturais e sociais por meio da racionalidade, a palavra era usada para classificar a diversidade humana em grupos distintos, de pessoas em grupos com características comuns na aparência, os humanos eram divididos em três raças e a cor da pele era o fator principal de classificação: branco, preto e amarelo.

Embora a sociedade brasileira apresente um discurso que nega a presença do preconceito racial no país, ainda são muitas as manifestações que acontecem em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e sem racismo. O racismo, de acordo com Priore e Venâncio

(2010), apresenta-se por ser uma forma de controle, uma maneira de definir os papéis sociais e de reenquadrar, após a abolição da escravidão, as partes da população não identificados à tradição europeia.

Continuando a discussão acerca dos três conceitos: raça, racismo e gênero. Ao que tange ao uso mais recente da palavra, o gênero, conforme indica Scott (1989), parece ter surgido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. Ou seja, o interesse em se estudar gênero originou-se a partir de insatisfações das feministas ao que se refere a opressão que sofria o gênero feminino (SCOTT, 1989).

Os estudos feministas começam a observar que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos. Esses estudos começam a considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem. O que contribui para a complexidade, que acarretou a transformação dos Estudos Feministas.

O significado da palavra gênero pode ter diversas atribuições, no sentido da sexualidade, a definição de gênero se refere a classificação do ser humano no sentido biológico que pode ser feminino ou masculino. Os aspectos biológicos podem contribuir para a desigualdade entre gêneros, pois é confirmado que há uma construção social e histórica sobre as características anatômicas (SCOTT, 1989).

Os direitos tradicionalmente violados ao que tange o gênero feminino são aqueles inseridos na luta das mulheres por reconhecimento de igualdade, que com o passar dos anos começam a se organizar e buscar por direitos. Na história do movimento feminista e das mulheres, os primeiros ganhos são observados no fim do século XIX como direito ao voto, divórcio, a educação, a partir de então as mulheres são impulsionadas a reivindicar por direito antes não questionados.

Nesse sentido, consoante aos debates sobre gênero, o estudo sobre raça apresenta-se como relevante para o ambiente acadêmico. Embora tenha acontecido a abolição dos escravos no Brasil, a esperada e buscada cidadania, que deveria vir como consequência, não aconteceu para a população negra, assim como as tentativas de apagar a memória da barbárie contra os escravos são permanentes, quer pela eliminação de documentos, quer pela disseminação do mito da democracia racial (NUNES, 2006).

Mais atual, sugere-se o termo interseccionalidade para abordar acerca das complexas identidades e das desigualdades sociais, visto que é este se refere uma teoria transdisciplinar

que busca, especialmente, o estudo dessas abordagens de forma integrada (HIRATA, 2014). Por Akotirene (2019) o termo posiciona o feminismo negro diante das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres negras na sociedade.

Nesse sentido, entende-se que

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como as políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Desse modo, aqui pretendo elaborar não apenas sobre gênero e raça, mas pensar em uma forma de identificar as experiências das mulheres quilombolas participantes dessa pesquisa, que ao perpassarem por esses processos interseccionais, de opressões interligadas, estiveram diretamente a frente de aspectos que induziam os seus desempoderamento, mas que, no entanto, surgiram também as possibilidades de (re)existências e de serem protagonistas de saberes.

Mulheres quilombolas: vozes do seu tempo

A contribuição de mulheres negras na construção do nosso país e na luta contra a escravidão é inegável. No entanto, ainda silenciadas nos livros e nas narrativas históricas que segundo Gomes (2015) eram descritos geralmente por chefes de tropas com o intuito de destruição, omitindo a atuação da mulher nas comunidades quilombolas.

Há raras notícias sobre a presença da mulher nos mocambos, sugerindo equivocadamente sua ausência ou menor importância. Temos de lembrar que aqueles que descreveram os quilombos – especialmente os comandantes de tropas – o faziam para justificar a necessidade de sua destruição. São abundantes as imagens de fujões, bandidos e assassinos, havendo pouco espaço para narrativas sobre famílias, culturas e poder político (GOMES, 2015, p. 39).

O apagamento histórico sofrido pelas narrativas negras contribuiu para ocultar detalhes sobre histórias de vidas de mulheres negras. Uma sociedade machista, racista e sexista

em toda a sua construção histórica tenta silenciar vozes de mulheres, principalmente de mulheres negras. Almeida (2021), afirma que inicialmente era predominante a ideia de resistência quilombola atrelada aos homens e a força advinda de sua virilidade masculina, no entanto se observa nos últimos anos o protagonismo de mulheres quilombolas que através de diversas estratégias conduzem seus territórios.

Faz tempo que a imagem dos quilombos tem sido utilizada pelos movimentos negros para evocar resistência, bem como um modelo societário a ser seguido. Até o século XX, a imagem predominante sobre a resistência quilombola valorizava as práticas masculinas em termos de virilidade, de guerra e de força. Entretanto, nos últimos anos vêm ocorrendo transformações significativas nas narrativas sobre os quilombos. A recente visibilidade e o reconhecimento do protagonismo das mulheres quilombolas na luta pela terra exprimem que o conteúdo dessas mudanças incorpora a dimensão de gênero (MARILÉA ALMEIDA, Portal Geledés, 2021).

Apesar dos poucos registros históricos, é perceptível nos últimos anos avanços na luta pelo combate à invisibilização de histórias de mulheres negras, quilombolas, que emergem e expressam suas histórias antes silenciadas, fortalecendo e perpetuando memórias, dando voz e sentidos às suas existências. Dessa forma é importante destacar quatro mulheres quilombolas, são elas: Dandara dos Palmares, Mariana Crioula, Tereza de Benguela e Zacimba Gaba. Ressalto que a ordem das apresentações se deu considerando a ordem alfabética de seus nomes.

Dandara dos Palmares

Dandara permeia o imaginário negro e há uma linha tênue entre sua real existência e uma lenda. Alguns autores a consideram um mito, na Enciclopédia brasileira da diáspora africana, Nei Lopes escreveu um pequeno verbete sobre ela “Dandara é uma personagem lendária da história de Palmares e que sua vivência está ainda envolta em uma aura de lenda” (LOPES, 2004, p. 42).

Pouco ainda se sabe sobre ela, companheira de Zumbi com quem teve três filhos, lutou ao seu lado contra a coroa Portuguesa e em favor da libertação dos escravizados em Palmares. Morreu resistindo em 1694, defendendo o Quilombo dos Macacos, Alagoas, como afirma Arraes (2020).

Do quilombo de Palmares, Dandara era parceira do guerreiro Zumbi, com

quem teve três filhos. Há poucos dados sobre a sua vida, e por isso sua história é cercada de controvérsia. Diz-se que Dandara lutava capoeira e combatia nos diversos ataques a Palmares no século XVII, em Alagoas [...] Dandara suicidou-se em 1694, jogando-se de uma pedreira para morrer em liberdade não na condição de escrava (ARRAES, 2020, p. 53).

Apesar do mito e das divergências que envolvem sua real existência, Dandara dos Palmares se tornou símbolo de luta por liberdade. Como afirma Henrique (2007).

Não sabemos como era seu rosto, nem como era exatamente, podemos compará-la a duas deusas do panteão africano, uma Obá ou Iansã, uma leoa defensora da liberdade. Sua imagem vive e pode ser vista em cada pessoa que se identifica com suas origens, luta por liberdade, acredita em seus sonhos e “faz da insegurança sua força e do medo de morrer seu alimento, por isso me parece imagem justa para quem vive e canta no mal tempo.

Entre uma real liderança quilombola que existiu ou uma lenda, fato é que Dandara é inspiração na luta dos negros em especial das mulheres negras brasileiras, a partir daí podemos observar que sua história e memória ganham força no processo de luta e visibilização do povo negro Como destaca Arraes, “Dandara vive e sua memória nunca poderá ser apagada” (ARRAES, 2015, p. 15).

Tereza de Benguela

Tereza de Benguela ou Rainha Tereza do Quariterê viveu no século XVIII, casada com José Piolho, após a morte do marido liderou o quilombo que levou seu nome, em Cuiabá, Mato Grosso. Como matriarca, organizou e comandou toda a estrutura política, administrativa e econômica de sua comunidade. Possuía um importante arsenal de armas de defesa que eram trocadas ou resgatadas pelos escravizados. Durante 20 anos combateu as invasões contra sua comunidade, mas em 1770, o bandeirante Luís Pinto de Souza Coutinho invadiu o local e aprisionou a maioria da comunidade, conforme indica o Anal de Vila Bela de 1770, único documento histórico da época.

[...] Governava esse quilombo a modo de parlamento, tendo para o conselho uma casa destinada, para a qual, em dias assinalados de todas as semanas, entravam os deputados, sendo o de maior autoridade, tido por conselheiro,

José Piolho, escravo da herança do defunto Antônio Pacheco de Moraes. Isso faziam, tanto que eram chamados pela rainha, que era a que presidia e que naquele negral Senado se assentava, e se executavam à risca, sem apelação nem agravo. [...] Posta em uma prisão, à vista de todos aqueles a quem governou naquele reino, lhe diziam estes, palavras injuriosas, de forma que, envergonhada, se pôs muda ou, para melhor dizer amuada. Em poucos dias expirou de pasmo. Morta ela, se lhe cortou a cabeça e se pôs no meio da praça daquele quilombo, em um alto poste onde ficou para memória e exemplo dos que a vissem.

Aprisionada ou morta, Tereza não cedeu a condição de escravizada e lutou bravamente pelo seu povo. Com a sua morte o quilombo tentou se reerguer, mas um segundo ataque impediu sua reconstrução como afirma Alves (2011).

Apesar dos poucos documentos históricos que contem sobre a história de Tereza de Benguela, seu legado não pode ser esquecido para a comunidade negra e em homenagem a essa importante líder, o dia de 25 de julho mesma data do Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha, que foi criada na República Dominicana durante o 1º Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe foi instituído no Brasil, como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra²⁷, através da Lei nº 12.987/2014 (BRASIL, 2014).

Zacimba Gaba

Nascida em Angola, Princesa na Nação de Cabinda, Zacimba Gaba foi escravizada e trazida ao Brasil. Foi comprada pelo fazendeiro português José Trancoso, na Capitania do Espírito Santo. Durante anos foi brutalmente castigada por Trancoso que lhe infringia os mais severos castigos como afirma Aguiar (2019).

Zacimba Gaba era princesa de Cabinda, em Angola, há 300 anos, quando foi capturada e vendida como escrava para o Brasil. O fazendeiro português José Trancoso arrematou Zacimba, no Porto da Aldeia de São Matheus, na Capitania do Espírito Santo, com mais uma dúzia de negros escravizados de Angola.

²⁷ Art. 1º É instituído o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, a ser comemorado, anualmente, em 25 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2014).

Durante os anos de tortura, preparou-se e após envenenar o fazendeiro, Zacimba Gaba promoveu uma revolta contra a Casa Grande e liderou um quilombo se tornando rainha. Para resgatar negros que vinham em navios negreiros, comandou durante vários anos ataques, surgindo no meio da noite e resgatando seu povo. Provavelmente a causa de sua morte tenha ocorrido em um desses ataques, como afirma Garcia (2018).

As noites na Casa Grande, onde era prisioneira, fizeram de Zacimba uma mulher madura, que aprendera a resistir aos mais degradantes castigos, e “vez por outra, os negros na senzala pareciam hipnotizados com o seu canto chamando a proteção dos deuses africanos, na claridade da lua grande”. Ali ela preparava sua alma de guerreira que, mais cedo ou mais tarde, iria pôr à prova. Tinha de ter tranquilidade para vencer as dificuldades e preparar seu corpo para as lutas, impedindo, ainda, que os escravos cometessem atos que pudessem colocar em risco suas vidas.

Destacar algumas dessas mulheres é reverenciar sua luta e não permitir que sua história se apague, tornando-se um papel fundamental na visibilização de suas histórias para as gerações que ainda virão.

Mariana Crioula

A cidade de Paty do Alferes, Vila de Vassouras, região conhecida como Vale do Paraíba no Rio de Janeiro, se tornou durante o período imperial uma grande produtora de café, com a sua expansão os donos das terras passaram a influenciar o império, obtendo prestígio através da mão de obra escrava e pela produção do café. O grande empreendimento da época era lucrativo para as elites e demonstrava acesso e poderes no Império como afirma Vargas (2012).

O cultivo do café trouxe mudanças profundas, não só para aquelas matas virgens e inicialmente desabitadas de Vassouras, que foram transformadas em grandes e vistosas plantações de café, como para o Império que descobriu no café um grande empreendimento econômico. Em menos de 30 anos (início do século XIX) aquelas terras estariam cobertas de pés-de-café e escravos – símbolos do Império do Brasil. Possuir escravos e plantações de café eram sinais de riqueza, de poder e prestígio social. Dessa forma, dentro de mais alguns anos, a elite de Vassouras conseguiria reter poder e riqueza, passando a influenciar fortemente os rumos do Império (VARGAS, 2012, p. 22).

Nessa mesma cidade durante a expansão cafeeira, ocorreu a maior insurreição de escravos da história do Rio de Janeiro. No dia 5 de novembro de 1838, liderada por Manuel Congo, cerca de 500 negros escravizados fugiram de diversas fazendas, incluindo as fazendas Maravilha e Freguesia, como afirma Gomes (2015).

[...] em Vassouras, no Rio de Janeiro, no coração da economia cafeeira, onde mais de 500 escravos de duas fazendas do comendador Manoel Francisco Xavier, em 1838, se sublevaram, mataram feitores, arrombaram paióis e reuniram mantimentos fugindo em direção à floresta para erguer um grande quilombo. Perseguidos impiedosamente, quase todos foram capturados em menos de uma semana (GOMES, 2015, p. 15).

Nessa revolta, destaca-se a atuação de Mariana Crioula. Mulher negra, casada com José, negro escravizado que trabalhava nas lavouras. Diferente de José, Mariana vivia na casa-grande, costureira e mucama de confiança de Francisca Xavier, esposa de Manoel Francisco Xavier, comendador e dono das Fazendas Maravilha e Freguesia, grandes produtoras de café da época como afirma Arraes (2020, p. 126) “Mariana Crioula foi uma escrava brasileira que vivia em Paty do Alferes (RJ). Trabalhava como costureira e mucama e era considerada uma das escravas de confiança da casa-grande.

Arraes (2020) aponta que na ocasião da revolta, juntou-se a Manuel Congo tornando-se uma grande líder, conhecidos então como rainha e rei do quilombo.

Em 1838, Mariana participou da maior revolta de escravos do Rio de Janeiro, liderada pelo ferreiro Manuel Congo, que reuniu cerca de quatrocentos negros de fazendas vizinhas. Apesar de ter sido casada com outro escravo da fazenda, foi nomeada rainha do quilombo junto a Manuel, que era chamado de rei (ARRAES, 2020. p.123).

Em fuga, seguiram até as matas da região de Santa Catarina, localizada na Serra da Mantiqueira, onde foram atacados por tropas da Guarda Nacional como afirma Vargas (2012).

O cair da noite, a mata fechada e a chuva forte acabaram por fazer a tropa pôrfim à perseguição aos insurretos. O tiroteio deixou do lado dos escravos, comandados, principalmente, por Manuel Congo, 7 mortos e 22 presos, dos quais 7 ou 8 feridos em estado grave. Do lado da tropa comandada pelo coronel chefe da Legião e pelo juiz de paz, 2 mortos e 2 feridos, um em estado grave. No combate, o vice-rei foi morto e o cativo Manuel Congo, rei do quilombo, principal líder dos insurretos, escravo pertencente ao capitão-

mor Manuel Francisco Xavier, foi preso (VARGAS, 2012, p. 41).

Documentos da época, especificamente as informações dadas pelo coronel chefe da guarda informam que Mariana com cerca de 30 anos estava à frente resistindo aos gritos de “Morrer sim, entregar não”. Demonstrando sua garra e luta pela liberdade, mesmo valendo sua vida. “Uma crioula de estimação de D. Francisca Xavier não se entregou senão a cacete e gritava: morrer sim, entregar não!!!”.

Arraes (2020) afirma que junto com outros líderes da revolta, em 12 de novembro do mesmo ano, Mariana Crioula e Manuel Congo foram presos, totalizando dezesseis escravos, sete mulheres e nove homens e os demais se dispersaram na fuga. Em seu interrogatório, Mariana alegou que foi induzida à fuga, mesmo sendo delatada pelos outros como rainha do quilombo, a mesma Mariana valente da mata, omitiu os fatos. Sendo absolvida.

Foi capturada com outros quinze fugitivos e levada a julgamento. Ao ser questionada, Mariana alegou ter sido induzida à fuga e, para sua surpresa, foi absolvida junto a todas as outras mulheres, provavelmente a pedido da senhora para quem trabalhava, mas precisou assistir ao enforcamento de seu companheiro Manuel Congo (ARRAES, 2020. p.123).

Nesse episódio, o único acusado foi Manuel Congo e sentenciado à forca em setembro de 1839 diante de Mariana.

Sendo assim, Manuel Congo foi condenado por crime de insurreição e por crime de homicídio, recebendo pena máxima nos dois casos. O principal líder do levante, o escravo Manuel Congo, subiu ao cadafalso no largo da forca, na Vila de Vassouras, no dia 6 de setembro de 1839, para cumprir sua sentença edestino final: a morte na forca! (VARGAS, 2012, p. 46).

Não se sabe ao certo o motivo da absolvição de Mariana Crioula, Vargas (2012) indica possíveis caminhos, dentre os quais destaca o menor quantitativo de mulheres negras escravizadas em relação aos homens e que também era menos custoso penalizar um escravo no intuito de “educar” e diminuir as fugas.

Talvez por conta das mulheres escravas serem minoria na região, não era interessante que fossem condenadas em massa e nem que todos os homens fossem condenados à pena capital. Usar um escravo para mostrar que fugas não eram permitidas e que eram punidas exemplarmente era mais barato. Mais

importante, tinha um impacto político pedagógico. No final, as mulheres foram absolvidas e o escravo Adão, também. Já os escravos Justino Benguela, Antônio Magro, Pedro Dias, Belarmino Cabinda, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola foram condenados a 650 açoites, dados 50 por dia e obrigados a andar com gonzo de ferro por três anos (VARGAS, 2012, p.53).

Compreender o papel de Mariana Crioula na maior Revolta Escrava do Rio de Janeiro é reverenciar sua luta e não permitir que sua história se apague, tornando-a fundamental na construção da memória do povo negro como exemplo de luta e reexistência.

Narrar as histórias de mulheres quilombolas como Dandara dos Palmares, Zacimba Gaba e Mariana Crioula, é fomentar a discussão sobre líderes quilombolas que, ao longo da história do Brasil, enfrentaram muitos desafios, em que apesar de forte determinação e perseverança, não conseguiram superá-los. Hoje, outras mulheres que desempenham o mesmo papel nesses locais, continuam a lutar por seus direitos e pelo reconhecimento de sua cultura e herança.

CAPÍTULO IV

4 VÂNIA GUERRA, MARILDA FRANCISCO E LAURA MARIA: VOZES QUE ECOAM EXISTÊNCIAS

Neste capítulo, falo sobre as histórias de vida de algumas mulheres quilombolas, que ao longo de suas existências se tornaram protagonistas em suas comunidades através de diferentes formas de lutas, resistência e (re)existências. Para tanto, são inicialmente apresentadas as os perfis das participantes e formação. E quanto aos quilombos, apresento as principais demandas identificadas nas narrativas das participantes, como saúde, transporte, título de terra e educação escolar quilombola.

As entrevistas foram realizadas com três mulheres quilombolas, Marilda de Souza Francisco, Vânia Guerra e Laura Maria dos Santos. O quadro a seguir apresenta a caracterização e perfil das participantes da pesquisa quanto ao nome, idade, filhos, idades dos filhos, formação, cor e estado civil (QUADRO 02).

Quadro 02: Caracterização e perfil das participantes da pesquisa

NOME	MARILDA FRANCISCO	VANIA GUERRA	LAURA MARIA
IDADE	58	62	62
FILHOS	Sim.	Sim	Sim
IDADES DOS FILHOS	29, 30 e 31	40, 37 e 34	41 e 35
FORMAÇÃO	1º ano do Ensino Médio	Ensino Médio Completo	Ensino Superior em Pedagogia
COR/RAÇA	Negra	Negra	Negra
ESTADO CIVIL	Solteira	Viúva	Casada
COMUNIDADE QUILOMBOLA	Quilombo Santa Ritado Bracuí – Angra dos Reis.	Comunidade de Remanescentes de Quilombola da Ilhade Marambaia	Quilombo do Campinho da Independência.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com a análise do quadro 02, as entrevistadas possuem entre 58 e 62 anos de idade, todas com filhos em idade que varia de 29 a 41 anos. Todas se autodeclararam negras e em relação ao estado civil, Marilda Francisco é solteira, Vânia Guerra viúva e Laura Maria é casada.

Nas falas das participantes sobre formação, importa relatar sobre as suas percepções sobre o que é formação, a exemplo do que menciona Marilda, que se sente confortável para dizer que é formada em História Quilombola do Bracuí,

Eu digo que sou **formada em História Quilombola do Bracuí**. Nas reuniões que eu vou, eu falo isso: “Ah! Eu tenho formação de História Quilombola do Bracuí ou História do Bracuí. É a minha formação, é o que eu conto, é o que eu falo. Também considero formação. Aí as pessoas falam: ‘Dona Marilda, você tem que conseguir o diploma, sei lá o que, dessa formação pra senhora. Fazer um levantamento com todos os líderes de Quilombo no Brasil. Em São Paulo dizem que tem uma faculdade que deu isso. Mas não pode, né. A pessoa tem que ter **uma formação acadêmica** (MARILDA FRANCISCO). [grifo nosso]

Em sua narrativa, Marilda Francisco evidência a propriedade que tem sobre a história do quilombo, embora tenha a plena consciência que para ser considerada pelos meios formais como historiadora precisa seguir pelos caminhos da formação acadêmica. Caminhos estes, que em Laura Maria ecoou outras reflexões e experiências, especialmente no que tange a romantização do ensino superior através de diversos processos de lutas e resistências para se alcançar a tão sonhada formação.

[...] Os dezoito anos saindo de casa e pra encurtar a história, só consegui concluir meus estudos aqui Paraty numa faculdade a distância foi o que restou pra mim. Eu fico revoltada quando eu falo isso porque isso não deveria ser uma beleza né? Que eu não sabia que é como eu não conseguia estudar na época, depois que eu saí de casa eu me casei e eu me engoli num movimento social. Era pra fazer alguma coisa porque eu tinha que fazer alguma coisa, mas não é que eu sabia o que eu tava fazendo, eu fui, foi ali, fui no embarquei no trem e fui. Né? (LAURA MARIA).

Como afirma em sua fala, Laura Maria sempre teve o desejo de estudar, mas não entendia o porquê de tantas dificuldades para o acesso aos estudos. Saiu de casa aos 18 anos, casou-se e entrou de cabeça no movimento social e nas Comunidades Eclesiásticas de Base porque entendia que era preciso participar do movimento, apesar de não saber ainda o que estava fazendo ali.

Peguei lá o valor, foi, tava cheio de criança, aí eu comecei a conversar com ela. É? Vou morar no morro, sei onde todo preto, pobre mora, ou favela, né? É onde é o lugar que sobra pro preto e pras preta morar Morro do Turano. né? É ali eu cobri Tijuca no centro né? Ali naquelas imediações então ali eu ingressei sem saber ainda nas comunidades eclesíásticas de base né?

E eu tenho que me formar, eu desde pequenininha que eu sempre quis fazer isso porque que eu não vou fazer? Eu vou fazer, se eu não conseguir na escola pública eu vou fazer essa porcaria aí pego o diploma. Temos mais é, mas é uma porcaria viu? Quem tiver de entrar numa faculdade a distância achando que vai aprender alguma coisa tá muito enganado tendeu? Eu, é eu consegui fazer porque eu tive a experiência fui formada antes Sim. Aí eu fui é paguei vamos dizer assim né? Paguei quatro anos né? Pra ver o canudo entendeu? É legal, bonito tem alguma coisinha, mas é muito pouco perto da sua experiência NE, e do que deve ser uma faculdade (LAURA MARIA).

Apenas na fala de Laura Maria percebemos que há a compreensão de determinadas dificuldades encontradas para o processo de formação das populações das comunidades remanescente de quilombolas, a exemplo do ensino superior tardio e com dificuldades de inserção; outro fator relacionado a moradia e a naturalização do lugar marginalizado pertencer a população negra. Laura Maria tinha um sonho, no entanto, precisou passar por todas as etapas de invisibilidade comum para a população negra e quilombola no Brasil. O ensino superior foi da modalidade EAD (Educação à Distância), que ainda é assunto ligado a problematização quanto a qualidade do ensino superior no Brasil. Vânia Guerra concluiu o ensino médio e cursou dois períodos da Faculdade de História pela Fundação Educacional Unificada Campo Grandense (FEUC) e considera a formação importante no processo de luta na comunidade.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9.394, no Art. 1º, traz sobre a abrangência do processo educativo:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Desse modo, podemos considerar os aspectos que envolvem a educação e sua abrangência, como podemos também considerar a importância da educação não formal, que aqui foi apresentada como essencial para a constituição dos saberes das líderes quilombolas. Por educação não formal entendemos a formação que acontece fora do ambiente de ensino, mas que no decorrer das suas vidas, as pessoas passam por processos educativos diversos, que contribuem para a formação dos seus saberes.

No entendimento de Gohn (2020, p. 13):

As práticas da educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs nos programas de inclusão social, especialmente no campo das artes, educação e cultura (GOHN, 2009, p0. 28).

Esses espaços, a exemplo dos espaços quilombolas, demonstram o quanto é importante a educação não formal, justamente por haver uma intenção tanto social, como cidadã de preservar os valores, a memória, as vivências e as identidades de determinado grupo. Essa educação não formal, quando presente em processos sociais desenvolvidos em comunidades quilombolas, com preponderância de certa carência socioeconômica, possibilita que processos de inclusão social sejam iniciados, em especial, resgatando a riqueza cultural de todas as pessoas que ali habitam.

As comunidades quilombolas pelas vozes da (re) existência

É sabido que nos últimos anos, houve um ressurgimento de interesse na história das mulheres quilombolas do Brasil. Isto se deve em grande parte ao fato de que estas mulheres foram algumas das participantes mais ativas na luta contra a escravidão e a opressão no Brasil. Em todo esse processo, as principais demandas das mulheres quilombolas eram para a regularização de sua posse de terra, assim como para o acesso à saúde, educação e infraestrutura. E foi nesse contexto que busquei saber das participantes dessa pesquisa acerca das principais demandas das suas comunidades.

Para Marilda Francisco,

É, a principal demanda é esse título de terra.

[...]

E agora uma outra luta nossa aqui, é uma construção da escola quilombola, a gente sempre focou muito na educação para o povo aqui, e também a saúde, a gente também está pleiteando a construção de um posto, e vai ajudar muito a comunidade quilombola até porque no quilombo em si as pessoas já estão mais envelhecidas e o posto fica longe, as vezes tem que ir a pé, mas já estando mais cansados não tem como caminhar por causa da idade. E o posto mesmo parece que não está dando mais conta. Inclusive, agora nós estamos sem médicos.

No entendimento de Vânia Guerra,

Nossas demandas são o ensino, estamos lutando para que tenha um ensino médio na ilha, justamente por ser uma ilha. Literalmente fica muito difícil a gente contar com embarcação duas vezes ao dia e a nossa luta é para que tenha embarcações em mais horários e que tenha ensino médio.

As demandas estão relacionadas diretamente aos acessos a direitos, como saúde, transporte, educação e a outros mais específicos dos territórios que são o título de terra e educação quilombola. Nas falas das participantes, conforme será apresentado a frente, percebe-se que a compreensão de Vânia Guerra está mais associada a falta do Ensino Médio e a forma como a apropriação do transporte afeta o acesso à educação. Marilda Francisco falou sobre reconhecimento/título, em que ela menciona que atuação conjunta dos entes federados contribuiria para o reconhecimento mais rápido das terras. Já Laura Maria abrangeu mais acerca das demandas, pois nas suas falas educação, transporte, construções identitárias, saúdes, preconceitos, reconhecimento, etc.

Atualmente, a falta de políticas públicas tem sido um grande desafio para o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades quilombolas no Brasil, em que percebemos isso ser refletido nos casos das comunidades aqui investigadas. Ainda que entendamos que governo tem investido em projetos para promover o desenvolvimento socioeconômico dessas comunidades, ainda é preciso fazer mais para melhorar as condições de vida dos moradores. Há necessidade de mais investimentos em habitação, saneamento e infraestrutura, assim como em educação e saúde.

Em estudo desenvolvido por Elizete Modesto de Souza Marinho Lopes, em investigação sobre a ausência de políticas públicas em comunidades quilombolas, em especial na comunidade de Marambaia, a autora aponta que em todas as comunidades do Rio de Janeiro são encontrados diferentes problemas vivenciados por seus membros, em especial, as que os que estão relacionados a ausência de políticas públicas que atendam a população, apontando que estes já são dados presentes em toda a historiografia brasileira (LOPES, 2021).

É entendido que essa luta é incessante pela busca de melhores condições de vida, como também pela preservação da cultura, em que é percebida a falta de atuação das três esferas governamentais, municipal, estadual e federal, que torna essa cultura cada vez mais invisível e inacessível e claro, que tudo isso respalda diretamente no modo de viver dessas populações, bem como na construção das suas identidades culturais. Ainda que todo o aqui exposto seja uma garantia constitucional, a saber:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

Essa ausência de políticas públicas indica que falta de atuação do Estado no território quilombola, um problema político claro, em que a falta de interesse estatal em resolver as questões das comunidades – que são de sua responsabilidade – denuncia que estas ainda vivem às margens e por problemas ainda existentes, a exemplo do excesso de leis e regulamentos, que não atendidos na prática, apenas comprometem o bem-estar e a qualidade de vida dessas populações.

Saúde e transporte

Localizada na Ilha de Marambaia, litoral do Município de Mangaratiba e tendo como principal meio de transporte a barca fornecida pela Marinha do Brasil, os quilombolas de Marambaia encontram dificuldades em relação ao transporte, pois necessitam muitas vezes sair da ilha, mas com apenas dois horários disponíveis pela marinha, acabam tendo dificuldades, como afirma Vânia Guerra.

Literalmente fica muito difícil a gente contar com embarcação duas vezes ao dia e a nossa luta é para que tenha embarcações em mais horários [...] (VÂNIA GUERRA).

Essa fala que é posteriormente reforçada por Marília, apenas aponta que mesmo com a inserção do direito ao transporte como um direito constitucional em 2015, - que inseriu o transporte à Constituição como um direito social através da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 90/15 - há ainda o desrespeito desse direito. É claro que isso afeta diretamente a comunidade, pois é através desta atividade que os quilombolas podem trazer seus produtos para os mercados, onde podem vendê-los e, com a renda, comprar o que precisam para a subsistência da comunidade.

Para Marilda Francisco, a necessidade de um posto de saúde na comunidade é urgente, pois a maioria dos moradores do quilombo do Bracuí são formados por idosos e o posto mais próxima fica fora da comunidade e passa por uma constante falta de médicos. A distância para

se chegaram posto dificulta o acesso dos moradores à saúde básica, trazendo grandes prejuízos à comunidade.

[...] a gente também está pleiteando a construção de um posto, e vai ajudar muito a comunidade quilombola até porque no quilombo em si as pessoas já estão mais envelhecidas e o posto fica longe, as vezes tem que ir a pé, mas já estando mais cansados não tem como caminhar por causa da idade. E o posto mesmo parece que não está dando mais conta. Inclusive, agora nós estamos sem médicos (MARILDA FRANCISCO).

Essa fala de Marilda Francisco é corroborada com a fala de Vânia Guerra ao expor que dentre as questões mais graves que a população feminina precisa passar, estão:

[...] colocar os filhos na escola, os filhos precisam continuar a estudar e outros também com **problemas graves de saúde**. Tudo muito difícil, a barca sem horário, a barca poucas vezes no dia, a dificuldade de se manter lá fora o dia inteiro e quando tem que trabalhar elas têm que sair pra fora da ilha e os filhos também mais jovens que tem que trabalhar tem que sair pra fora da ilha porque aqui não tem trabalho [grifo nosso].

Essa realidade foi também denunciada no estudo de Lopes (2021, p. 8):

[...] a comunidade que já é completamente desprovida dos serviços do poder público, ou seja: sem escolas públicas, sem serviços de saúde, sem redes de esgoto, sem transporte público, sem água encanada e até mesmo sem os serviços de energia elétrica; hoje ainda precisa encarar os problemas de desemprego causados pela escassez de trabalhos informais.

Então percebo dois desrespeitos claros, especialmente, a Constituição Federal, bem como as políticas já existentes que fomentam os direitos sociais básicos da população negra no Brasil, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

Conforme a Constituição Federal:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Compreende-se que o direito a saúde é um direito universal do ser humano como afirma

a Lei nº 8.080 criada em 19 de setembro de 1990. Contudo, cabe ao estado oferecer condições básicas para que o indivíduo possa usufruir desse direito. Em relação a população negra a Constituição de 1988, reconhecendo a legitimidade desse grupo étnico aprovou um conjunto de direitos, dentre os quais são destacados o direito a terra e a manutenção de suas culturas, assim como o respeito as mesmas. Também como resposta as reivindicações da população negra relacionadas a saúde, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), que tende a minimizar as desigualdades que afetam essa população.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde uma conquista do movimento negro junto ao Ministério Público mediante muito confronto e luta, tendendo mostrar a indignidade das condições de vida da população negra. Considerando as desigualdades raciais e o racismo institucional, que torna cada vez mais vulnerável a população negra, de forma particular a mulher negra que muitas vezes é negado/ dificultado de cuidados básicos devido a sua difícil jornada de trabalho (BRASIL, 2017).

A PNSIPN é um compromisso firmado entre as gestões federal, estadual e municipal, pactuada e aprovada na Comissão Intergestores Tripartite (CIT) o combate às desigualdades no Sistema Único de Saúde (SUS). A Política tem como marca o reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde (BRASIL, 2017, p. 04).

A equidade é um dos pilares do SUS, este baseia-se no princípio de justiça redistributiva, que, em resumo, visa não oferecer serviços iguais para grupos populacionais diferentes, mas sim buscar reparar as situações de desigualdade existentes, fornecendo serviços adequados a populações e condições de vida e saúde. Nesse sentido, no ano de 2006 o Ministério da Saúde reconheceu o conceito de racismo institucional, fato que foi de suma importância para o desenvolvimento de políticas de saúde para a população negra. Em 2009 foi difundida a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, em que a marca se dá pelo reconhecimento do racismo, das desigualdades raciais e do racismo institucional como importantes determinantes sociais e condições de saúde, a política visa, sobretudo, a equidade em saúde.

Ainda com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra ao Comitê Técnico de Saúde da População Negra compete:

[...]

XIII – Promover a qualificação e humanização da Atenção à Saúde da

Mulher, especialmente a negra, incluindo assistência ginecológica, obstétrica, no puerpério, no climatério e em situação de abortamento;

XIV – Contribuir para a implementação de ações dos Planos Distritais que visem à promoção da equidade, especialmente relativos à raça/etnia;

XV – Articular com áreas de atenção à saúde nos diferentes ciclos de vida (criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos) para promoção da saúde e prevenção de agravos/doenças, especialmente aos relacionados aos efeitos da discriminação racial e exclusão social [...] (BRASIL, 2017).

Observa-se que o inciso XIII é claro quando chama a atenção especial para a atenção à saúde da mulher negra. Ainda no mesmo documento, no capítulo 3 que dispõe sobre as estratégias e responsabilidades das esferas de gestão o item 7 expõe que “VII – qualificação e humanização da atenção à saúde da mulher negra, incluindo assistência ginecológica, obstétrica, no puerpério, no climatério e em situação de abortamento, nos Estados e Municípios” (BRASIL, 2017, p. 32-33).

Contudo, fora perceptível uma construção quanto a garantia dos serviços de saúde da mulher negra em suas especificidades, pois a partir do ponto que o racismo institucional foi considerado um fato social, as medidas como forma de efetivar o acesso pleno da mulher negra tende a surtir mais efeitos. No entanto, muitas ainda são as problemáticas, ainda que diante de algumas conquistas, pois resta-se comprovado, a partir das falas das participantes desta pesquisa, que a teoria não vem dialogando com a prática.

Título de terra

No que diz respeito ao processo de titulação das três comunidades, o Quilombo do Bracuí é o único que ainda não recebeu a titulação definitiva, embora já estejam certificados pela Fundação Cultural Palmares²⁸, organizados na Associação dos Remanescentes do Quilombo de Santa Rita do Bracuí (ARQUISABRA) como afirma Marilda Francisco.

Já temos certificado, certidão, mas além disso tudo, com essa burocracia que existe no Brasil, a gente ainda tem que ter um título de terra Porque pra chegar ao título de terra tem que ter muita etapa. Agora estamos na etapa onde já teve a demarcação e agora a gente está na etapa TRV, que é uma portaria, e está em Brasília já e assim, estamos a mercê do Governo Federal mesmo, pra assinar essa portaria e aí nos conceder o título de terra (MARILDA FRANCISCO).

²⁸ O 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20/11/2003, reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral.

Apesar da titulação de posse da terra, segundo Vânia Guerra, a comunidade enfrenta dificuldades em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta²⁹ que foi assinado junto ao Ministério da Defesa e que não foi anulado com a titulação, fazendo com que a comunidade conviva com as restrições solicitadas para a assinatura do termo.

O nosso processo é complicado. Somos titulados, mas temos um TAC, temos que respeitar um TAC que temos com o Ministério da Defesa. Porque apesar de sermos titulados depois, o título não anulou o TAC (VÂNIA GUERRA).

O TAC foi firmado entre a Associação de Remanescentes de Quilombos da Ilha de Marambaia (ARQUIMAR), Marinha, Incra e Ministério Público Federal. Em que através deste entende-se que foi assegurada a permanência das famílias quilombolas no território, bem como da base da Marinha. Esse termo impõe determinadas regras de condutas, como por exemplo, a restrição de atividades econômicas tradicionais, como a pesca e a agricultura, bem como restringe a quantidade de família que podem viver nas áreas tituladas, bem como o número de moradias construídas, o que claro, limita as condições que possibilitam a subsistência da população e o desenvolvimento da comunidade. Em ‘troca’, ironicamente é garantido o acesso dos quilombolas a educação e a saúde, essa última que já foi comprovada a sua ineficácia.

A preocupação acerca da titulação de terra apareceu nas falas de Marilda Francisco e Vânia Guerra, a primeira aponta um processo burocrático que prolonga o acesso ao direito; já a segunda aponta outro processo burocrático que restringe o acesso adequado às terras e seu livre uso. Aqui vale ressaltar que de acordo com a Constituição Federal, Art. 68 - ADCT – “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988), também de acordo com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é garantido o direito fundiário às suas terras para a população quilombola.

Entende-se que quando mais demorado é o processo de regularização das terras quilombolas, maiores são os conflitos possíveis de surgirem nesse contexto, bem como as ameaças aos territórios e aumento dos índices de violência contra as lideranças desses locais.

²⁹ O termo de ajustamento de conduta é um acordo que o Ministério Público celebra com o violador de determinado direito coletivo. Este instrumento tem a finalidade de impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial. Disponível em: <

Reconhecer essas terras como de direito aos quilombolas, não é apenas dar-lhes o que é seu por direito e com a devida regulamentação e garantias jurídicas, mas é também reforçar a constituição e manutenção da identidade etno-sócio-econômico-culturais dessas comunidades.

Educação escolar quilombola

As principais demandas apontadas pelas entrevistadas convergem quando se trata de Educação Escolar Quilombola, e é importante destacar que de uma forma geral as comunidades remanescentes de quilombos, possuem particularidades e características próprias, que são significativas no âmbito cultural, político, social e educacional. A partir desse conceito em 20 de novembro de 2012 foi homologada a Resolução CNE 08/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural (CNE, 2012, p. 42).³⁰

Através das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, definiu-se que a Educação Escolar Quilombola deve possuir sua própria pedagogia, em seu território, reconhecendo as singularidades e respeitando as características de cada comunidade, oportunizando formação para os docentes, valorizando a diversidade cultural.

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola representam um marco na luta da população negra e dos movimentos sociais na conquista dos direitos que valorizem o patrimônio cultural, as tradições e os saberes das comunidades remanescentes de quilombos.

Podemos observar através do quadro que apenas a comunidade de Marambaia não possui escola, a que existe é municipalizada e se chama Levy Miranda. Vânia Guerra afirma que a lutada comunidade hoje é pelo ensino médio, pois precisam sair da Ilha para estudar o

³⁰ Parecer CNE/CEB nº 16/2012, aprovado em 5 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

que causa grandes transtornos e dificuldades para os moradores, pois dependem de uma embarcação da marinha que só atende em dois horários, inviabilizando assim o acesso ao Ensino Médio.

Nossas demandas são o ensino, estamos lutando para que tenha um ensino médio na ilha, justamente por ser uma ilha. Literalmente fica muito difícil (VÂNIA GUERRA).

Já no Quilombo do Bracuí, a luta é por mais uma escola quilombola, dessa vez uma que atenda os anos iniciais, já que a Escola Municipal Áurea Pires da Gama, primeira escola da comunidade, autodeclarada como quilombola, só atende alunos a partir do 4º ano de escolaridade e vai até 9º ano do Ensino Fundamental.

[...] E agora, nossa meta, uma das prioridades é a construção dessa escola como cultura, lá onde tem o prédio. Porque a educação e cultura andam junto, então se constrói uma junto com a outra. [...] A gente fez um levantamento com crianças quilombolas e não quilombolas, porque a escola quilombola não vai ser só pra criança quilombola, é pra criança estudar. E na época, no final de 2018, a gente fez um levantamento e estávamos com 50 e poucas crianças até o quarto ano. Mas agora em 2021 a gente já não sabe mais por que as crianças cresceram, mas mesmo assim a ideia da escola está de pé e essa escola ia atingir esse povo e a ideia também é que teria o EJA que funcionaria em dois turnos, de manhã e a tarde, e o EJA a noite se alguém desejasse estudar [...] (MARILDA FRANCISCO).

A fala de Marilda Francisco reforça o sentido da educação escolar quilombola que é formar através dos saberes da comunidade e o currículo escolar uma teia de entrelaçamento de saberes que se integram e tornam a comunidade parte importante no processo de formação dos educandos.

[...] Então essa escola teria um dia pra alguém da comunidade ir lá passar um dever para as crianças, as brincadeiras que às vezes as crianças nem lembram mais, os contos, o que as crianças na época faziam como eles se divertiam, e essas coisas assim que acontece e que acontecia aqui no quilombo, na comunidade e hoje não tem mais conhecimento, hoje está se perdendo muito (MARILDA FRANCISCO).

A escola como espaço de resgate da memória e valorização da cultura da comunidade é uma ferramenta importante de luta no combate à invisibilização e ao racismo, trazendo aos estudantes o sentimento de pertencimento e o conhecimento de sua história.

No Quilombo do Campinho o percurso da Educação Quilombola é motivo de orgulho. Laura Maria afirma que após muita briga, luta e da articulação do coletivo, associação de moradores e universidade hoje a educação diferenciada é constituída na comunidade.

[...] a escola quilombola a gente enche a boca pra falar isso está no seu terceiro ano e é muito orgulho porque a gente luta, gente deu o sangue pra questão do coletivo de apoio a educação diferenciada, ter um nome, né? E a gente falou, olha quem quiser ficar vai ajudar concretamente, hein? A gente deu uma sossegada naquele povo. Aí o povo falando, olha eu posso fazer isso, eu posso fazer aquilo, eu posso fazer aquilo outro. Aí beleza. Quem ajudou a fazer isso com a gente foi a Lúcia Cavalieri. Então foi neste momento que o Domingos chegou, foi neste momento ele já pegou também missão né?

E a gente hoje tem a educação quilombola. Então assim a gente sabe que a gente tá nesse momento a gente tá conseguindo implementar um segmento. Foi a primeira e quarta série a quinta né? A gente teve que ir pra porta da secretária fazer barulho, pedir o segundo segmento né? Aí eles entenderam e aí a gente hoje tá com o segundo segmento. Então assim tudo é fruto de lutas né? (LAURA MARIA).

Vimos que Laura Maria atuou ativamente no processo de evolução da educação quilombola do Quilombo do Campinho da Independência, em que é perceptível o sentido que ela atribui a escolarização, pois em toda sua fala é visto que a educação é uma luta não apenas sua, como detoda a comunidade. A educação quilombola é uma parte única e importante da cultura de determinada. É uma forma do povo dos quilombos manter sua herança e tradições, de se conectar com suas raízes africanas. É importante que os quilombolas aprendam sobre suas raízes africanas a fim de se conectarem com sua identidade.

Andrade (2020), afirma que ao assumir a participação colaborativa dos seus atores a escola constitui-se como um espaço compartilhado de aprendizagens e saberes, rompendo assim as barreiras da invisibilização.

A escola constitui-se como comunidade compartilhada quando assume a necessidade de colaboração de todos os seus membros para que, pelo relacionamento e diálogo, criem possibilidades de trocas entre esses membros, rompendo com as fronteiras que dificultam na escola o visualizar-se negro (ANDRADE, 2020, p.18).

A escola como um espaço vivo de troca, se torna rica em conhecimento e oportunidades de aprendizagens e saberes.

[...] Porque enquanto a gente é vivo a gente aprende, né gente? Isso é do Paulo Freire né? Quando a gente vive quando a gente tá ensinando a gente vai

aprendendo. Tá aprendendo. É o tempo todo é uma troca. Não é que só você sonha em ser né? E também recebe é troca gente. Então a nossa luta pela educação quilombola tá vivendo momentos, momentos bons, né? Temos a lei garantindo o papel garantido, conseguimos colocar diretoras, pessoas na linha de frente só ainda não avançar por conta do concurso público. É o fator que a gente ainda tá lutando pra conseguir esse ano se Deus quiser (LAURA MARIA).

A educação quilombola possui esse viés de troca que enriquece e fortalece a comunidade escolar em todos os seus aspectos. No Campinho a luta agora é por garantir gestores e professores da própria comunidade, como preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, corroborada pela fala de Laura Maria.

Diante do exposto, é perceptível que as trajetórias de Marilda Francisco, Vânia Guerra e Laura Maria foram marcadas por conhecimentos adquiridos nas suas relações sociais nas comunidades quilombolas, a luta então por educação é uma luta válida, considerando, sobretudo, seus entendimentos sobre a importância desta para cada comunidade. Através da educação quilombola é possível potencializar a conscientização e participação social efetiva em todos os seus processos. É importante considerar que todos os saberes são potenciais e contribuem para a construção do conhecimento nas diferentes esferas da educação. Diante do cenário de desigualdades sociais, limitação de acesso a direitos básicos como saúde, educação e segurança, a educação deve sempre aparecer como um sinal de esperança para o processo de democratização, não apenas do ensino, mas tem tudo aquilo que se refere a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em toda a constituição da sociedade brasileira é inegável a participação efetiva de homens e mulheres negras, marcada por diferentes processos de lutas por liberdade e direito. No entanto, é perceptível que a tentativa em apagar essas histórias reforça o racismo estrutural em que estamos imersos.

O apagamento histórico sofrido pelas narrativas negras contribuiu para ocultar detalhes sobre histórias de vidas de mulheres negras. Apesar dos poucos registros históricos, nos últimos anos avanços na luta pelo combate à invisibilização de histórias de mulheres negras, quilombolas, que emergem e expressam suas histórias antes silenciadas, fortalecendo e perpetuando memórias, dando voz e sentidos às suas existências.

Em linhas gerais, o texto apresentado em quatro capítulos abarcou o conceito de quilombo, sua formação, legislação, quilombos do Rio de Janeiro e quilombos da Costa Verde. Traz ainda um pouco da história de vida mulheres negras, quilombolas que marcaram sua época. Dando continuidade à escrita, a proposta para o terceiro capítulo é aprofundar nas histórias de vida de Vânia Guerra, Marilda Francisco e Laura Maria em diferentes aspectos, de forma que se compreenda os diversos saberes que fazem parte de suas trajetórias, que são únicas, mas que geram confluências de saberes, emergindo assim em epistemologias de mulheres negras quilombolas frente ao seu tempo.

Diante disso, entende-se que ao propor o objetivo de “analisar o protagonismo de mulheres negras quilombolas de três quilombos do estado do Rio de Janeiro, compreendendo os papéis desempenhados por elas em suas comunidades”, foi compreendido que Vânia Guerra, Marilda Francisco e Laura Maria, em seus tempos e sem suas comunidades, desempenham o papel de protagonistas à luz de todas as questões sociais e identitárias aqui debatidas. Aqui posso afirmar que entre passar e ser conhecimento, essas mulheres são conhecimento e apresentam através de uma diversidade de saberes suas lutas políticas, evidenciam passagens por processos que constituíram os grupos de quilombolas, com suas particularidades históricas e regionais.

Como espaços de resistência cultural os quilombos têm uma participação importante na história do Brasil e se constituíram como resistência, tendo como líderes essas mulheres. Desse modo, compreendo que os variados construtos culturais e sociais, a exemplo das vivências nas comunidades, do saber fazer diário com plantações, pesca, etc., o entendimento e busca por melhores condições de saúde, transporte, educação, titulação de terra, moldam o ser e fazer dessas mulheres.

Ao propor compreender acerca das imbricações de gênero e raça, no contexto dessa pesquisa, entendo que essa compreensão virá apenas após as complexas interseções desses dois temas, que assim poderá ser visto o quadro completo, uma vez que considero aqui dois termos interligados, especialmente quando falamos em história do Brasil. Ainda que haja um discurso mais usual acerca das diferenças entendidas como superadas, das presentes leis e políticas públicas no Brasil que visam fomentar esse ideal de igualdade, é perceptível que a teoria não dialoga com a prática ao ponto que foi é incomum perceber nas falas das participantes o quanto as evidências de que as diferenças étnicas-raciais ainda imperam no sentido de restringir certos serviços a determinados grupos de pessoas, como no caso das comunidades quilombolas. Ao que tange a mulher, sabe-se que devido a algumas especificidades do próprio feminino, o número da oferta de serviços tende a ser maior no que se refere a saúde.

As diferentes memórias do povo negro foram silenciadas. No entanto, surge uma luz quando pretende-se estudar sobre esses diferentes povos e suas descendências. O negro foi sim escravizado, porém, não se curvou. E aqui, ao trazer as narrativas de Vânia Guerra, Laura Maria e Marilda Francisco, especialmente na fala de Marilda Francisco “Eu digo que sou formada em História Quilombola do Bracuí. Nas reuniões que eu vou, eu falo isso: ‘Ah! Eu tenho formação de História Quilombola do Bracuí ou História do Bracuí’”, apenas reforça a importância dessas mulheres para emancipação dos respectivos quilombos. As suas trajetórias estão carregadas de saberes, que intercalados com lutas, ações, propiciam para o povo quilombola as conquistas apresentadas como a titulação das terras e o desenvolvimento da educação quilombola nas comunidades.

As participantes da pesquisa têm atuado como poetas, griots, artistas, líderes, mães e mulheres das comunidades quilombolas, protagonistas em suas narrativas e comunidades, e, através do contato com elas, buscamos cotejar suas experiências e representações no contexto dos estudos sobre gênero, raça e quilombos. Essas mulheres buscam a construção de uma realidade diferente para os seus e expõem seus esforços, buscam formas de sempre conciliarem seus diferentes papéis exercidos, com o trabalho, a educação, as demandas das comunidades, restando claro que se depender dessas mulheres, a nova geração terá acesso aos melhores frutos de suas conquistas.

É inegável a participação efetiva de homens e mulheres negras na construção da sociedade brasileira e na luta por liberdade e direito, no entanto, intenso apagamento e o silenciamento dessas histórias reforçam o racismo estrutural no qual estamos impregnados e tentam ainda apagar histórias de vida que marcaram a luta do povo negro e são primordiais na construção de uma sociedade antirracista. Neste sentido, se justificou essa pesquisa tornada

possíveis graças as vozes das mulheres aqui entrevistadas.

Entendo que as considerações aqui apresentadas não pretendem esgotar a discussão sobre o protagonismo de líderes quilombolas das comunidades remanescentes da Costa Verde, no Rio de Janeiro, muito menos, dar como encerrada essa investigação. Exatamente o oposto, espero que as análises e discussões apresentadas nesta dissertação apenas reforcem a necessidade de ampliarmos essas investigações acerca do protagonismo dessas mulheres quilombolas, de ontem e de hoje, atrelando, ainda, essa investigação às questões sociais, políticas, culturais e identitárias que permeiam as vivências das populações quilombolas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Martha. O caso do Bracuhy. In: Mattos, Hebe. e Schnoor, Eduardo. (orgs.) **Resgate: Uma Janela para o Oitocentos**. Rio de Janeiro: Top Books, 1995.
- _____; Mattos, Hebe. Remanescentes das comunidades dos Quilombos: memória do cativo, patrimônio e direito à reparação. In: **Iberoamericana**, XI, 42, p. 145-158, 2011.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.
- ALMEIDA, Mariléa de. **Território de afetos: práticas femininas antirracistas nos quilombos contemporâneos do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 2018.
- ANDRADE, Patrícia Gomes Rufino. **A Educação no Quilombo e os Saberes do Quilombo na Escola**. Curitiba – Appris, 2018.
- ANDREWS, George Reid. **América Afro-Latina. 1808-2000**. Tradução: Magda Lopes. São Carlos: EDUFSCar, 2014.
- ANJOS, R. S. A. **Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.
- ARRAES, Jarid. **As Lendas de Dandara**. São Paulo: Editora de Cultura, 2015.
- ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. São Paulo: Edusp, 2006.
- _____. (Coord). et tal. **Relatório Técnico Científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da ilha da Marambaia– Município de Mangaratiba (RJ)**. Rio de Janeiro: Projeto Egbé Territórios Negros, Koinonia, 2003.
- ARRUTI, J. M. Políticas Públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: **Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014**. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112987.htm>. Acesso em 11 de julho de 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1990.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS**. – 3. ed. – Brasília: Editorado Ministério da Saúde, 2017.

CARRIL, L. F. Quilombo, território e geografia. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 3, p.156-171, 2006.

CARVALHO, Aline Vieira. “Palmares como campo de batalha: o apagamento das “mulheres” na historiografia sobre o quilombo palmarista”. In: FEITOSA, Lourdes Conde; FUNARI, Pedro Paulo; ZANLOCHI, Terezinha Santarosa (Orgs.). **As veias negras do Brasil**. São Paulo: Edusc, 2012, p. 233-60.

CONAQ –Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-. Manifesto pelos Direitos Quilombolas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berto de et al. (Org.). **Territórios Quilombolas e Conflitos**. Caderno de Debates Nova Cartografia Social. Vol 1, No. 2. Manaus: UEA Edições, 2010.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-189, 2002.

DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro :Jandaíra, 2020.

FARIAS, EnyKleyde Vasconcelos de. **Maria Felipa de Oliveira: heroína da independência da Bahia**. Salvador: Quarteto, 2010.

FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.259-297.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa – Tipos Fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII – XIX)**. São Paulo, Ed. UNESP/Ed. Polis, 2005.

_____. História de quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. **Ed. Rev. E ampl**, São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

_____. **Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOHN, M. G. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

GONZALEZ, Lélia. **“Mulher negra, esse quilombola”**. Folha de São Paulo, 22 de novembro de 1981.

GONZALES, Lélia. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Terra de Pretos; Terra de Mulheres: Terra, Mulher e Raça num Bairro Rural Negro. Brasília: MINC, Fundação Cultural Palmares, 1995.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas.** Etnográfica, vol. IV (2), 2000.

LEITE, M. L. dos S. Lutando com Dandara de Palmares: feminismos e representatividade na literatura contemporânea. **RELAcult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade**, v. 6, n. 1, 2020.

LIMA, Livia. Ribeiro. **Quilombos e políticas de reconhecimento: o caso de Campinho de Independência.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e

LOPES, Elizete Modesto de Souza Marinho. A ausência de políticas públicas nas comunidades remanescentes quilombolas da Costa Verde do Rio de Janeiro: Comunidade de Marambaia e Comunidade Santa Izabel e Santa Justina. **III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural: Experiências de Gestão, Educação e Inovação**, 2021.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim Breves.** Dissertação de Mestrado - na Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MATTOS, Hebe Maria; MEIRELES, Lídia C. “Novos quilombos: re-significações da memória do cativo entre descendentes da última geração de escravos”. In: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria (Org.). **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 276-277.

_____. **Biografia, racialização e memória do cativo na História do Brasil.** Tese de Livre Docência (Livre Docência em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

_____. et al. **Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-cultural do Quilombo de Santa Rita do Bracuí.** Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF)/INCRA-SRRJ, 2009.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo, Editora Ática, 1987.

_____. **Rebeliões de Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas.** Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira.** São Paulo: Editora

UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, p. 327-362.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1999.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n.28, p. 56-63, 1996.

_____, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 1999.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíaspóra**, n. 6-7, p. 41-49, 1985.

_____. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. **Estudos Afro-Asiáticos** 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, 1982, p.259-26.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, 17(1), 89-98, 2006.

O'DYER, Eliane Cantarino. (Org.) **O fazer antropológico e o reconhecimento dos direitos constitucionais: o caso das terras de quilombo no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Francisco de. **Hibridação bantu [manuscrito]: o percurso cultural adotado por um povo**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Religião, 2015.

PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich BollStiftung, Actionaid, 2009.

PESSOA, Thiago Campos. **O comércio negreiro na clandestinidade: As fazendas de recepção de africanos da família Souza Breces e seus cativos**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

RATTS, A. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

_____. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: Fonseca, M. N. S. (Org.). **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 307-326.

_____. **O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros**. 2000. 184 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. “A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo”. In: BARBOSA, Lucia Maria de Assunção (Org.). **De preto a afro-descendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EdUFSCAR, 2003, p. 89-105.

REBELO, P. Relatório comunidades quilombolas do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://kn.org.br/oq/wp-content/uploads/2021/10/Relatorio_Quilombos-RJ-1.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

RUFINO, Alzira; IRACI, Nilza; ROSA, Maria. **Cartilha “Mulher Negra tem História”**. Anais do Colóquio da Unesco sobre as Sobrevivências das Tradições Africanas no Caribe e na América Latina; Verger, Pierre em “Os libertos – Sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX” Ed. Corrupio; Sérgio Ferretti “Querebentan de Zomadonu: Etnografia da Casa das Minas. 1987.

SANTOS, Antonio Bispo dos: Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2019.

SANTOS, Miriam. **As mulheres nas lutas por independência do Brasil**: contestando a história oficial. 105.

SANTOS, Teresa Cristina Salles. **Educação Quilombola e Contemporaneidade**: um estudo em diálogo com a Escola Municipal do Quilombo do Campinho. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V, n. 10, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol.16, n. 2. Porto Alegre. jul./dez. 1989.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VARGAS, Eliseu Júnior Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial**: Quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba fluminense. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro:UFRRJ, 2012.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. Newbury Park, CA: Sage Publications, 1989, p. 23.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

ZAHAR, Jorge. **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. RJ, 2000.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

a) Caracterização e perfil das participantes da pesquisa

1. Nome Completo / Idade?
2. Você tem filhos? Qual idade deles (as)?
3. Qual a sua formação?
4. Qual é sua cor?
5. Estado civil?
6. Qual o nome de sua comunidade?

b) Caracterização, perfil da comunidade e Educação Escolar Quilombola

1. Como surgiu a sua comunidade?
2. Há uma escola quilombola em sua comunidade? – Fale sobre ela.
3. Quais as principais demandas da sua comunidade?
4. Em que fase está o processo de reconhecimento de sua comunidade?

c) Vivências e Confluências de Saberes

1. Como é viver em sua comunidade?
2. Como é o seu cotidiano na comunidade?
3. O que é ser mulher em sua comunidade?
4. Quais são as questões mais graves enfrentadas enquanto mulher dentro da sua comunidade?
5. E fora da comunidade?
6. Que funções desempenha enquanto liderança quilombola?
7. Como você enxerga o seu papel dentro da comunidade?
8. Como você enxerga a luta de mulheres quilombolas no Brasil?
9. Qual é o seu sonho?
10. Algo mais que você deseje acrescentar?



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é **PRISCILA MÁRCIA CHRISPIM BAHIA DO NASCIMENTO** e estou realizando a pesquisa acadêmica aplicada sobre o tema **(Re) Existências Negras, Femininas e Quilombolas: Três Mulheres em Luta por Reconhecimento e Direitos**. Esta pesquisa compõe a minha dissertação de mestrado realizada no PPGEDUC/UFRRJ, sob orientação da Prof^a. Dr^a. **JOSELINA DA SILVA**. As informações a seguir destinam-se a convidá-lo (a) a participar voluntariamente deste projeto na condição de fonte, ou seja, o sujeito que fornece as informações primárias para a pesquisa em curso.

A pesquisa se **justifica** no intuito de dialogar sobre as diferentes produções de conhecimentos construídas por e sobre mulheres quilombolas, que desencadeiam em epistemologias que combatem a invisibilidade da mulher, que são plurais e antirracistas em suas respectivas comunidades. Esta pesquisa pretende contribuir na visibilização de lideranças femininas negras em seus quilombos que estão compreendidos nos Municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, mais conhecida como região Costa Verde no Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o **objetivo principal** deste trabalho é analisar o protagonismo de mulheres negras quilombolas, na busca de compreender as imbricações de gênero e raça como constitutivos das relações sociais existentes.

Para fins de investigação, esta pesquisa utilizará como **procedimento metodológico**, um questionário com questões semiestruturadas que conduzirão o processo de entrevista. A entrevista será realizada pelo discente vinculado ao PPGEDUC, responsável pela condução da mesma. Caberá ao entrevistador procurar o entrevistado no **local** que este designar. A entrevista conterá imagens fotográficas e será gravada na modalidade de **áudio e vídeo** e os mesmos serão transcritos e todas as informações coletadas serão apresentadas apenas para **fins acadêmicos e científicos da área**.

A entrevistada tem a **liberdade e o direito de interromper a entrevista** no momento que achar necessário e a mesma não será considerada para fins dessa investigação. Caso a entrevistada não se sinta confortável **posteriormente** a concessão desta entrevista terá pleno apoio do pesquisador para esclarecimentos e novas considerações sobre a importância, os riscos e os benefícios da pesquisa.

A entrevistada tem a **garantia da plena liberdade** de se recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma.

Será **entregue uma via** deste termo de consentimento livre e esclarecido a entrevistada.

Esta pesquisa **não proporcionará qualquer despesa** ou custo para a entrevistada.

Não há **nenhum valor econômico, a receber ou pagar** pela participação da entrevistada.

Como não serão imputados a entrevistada qualquer despesa ou custo, não cabe **indenizações** decorrentes dos procedimentos realizados nessa pesquisa.

Declaramos que serão cumpridos todos os itens expressos anteriormente.

(Orientadora)

(Pesquisadora)

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2021.

De acordo,

(Entrevistada)

Contatos para obter maiores informações sobre a pesquisa:

joselinajo@yahoo.com.br

primusic@hotmail.com

Comitê de Ética da UFRRJ: (21)2681-4707; 2682-1220